



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS ERECHIM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

TAUANA HELENA SEGATTO

**ENSINO FUNDAMENTAL DE NOVE ANOS: ABORDAGENS EM UMA DÉCADA DE
REVISTA NOVA ESCOLA**

**ERECHIM
2014**

TAUANA HELENA SEGATTO

**ENSINO FUNDAMENTAL DE NOVE ANOS: ABORDAGENS EM UMA DÉCADA DE
REVISTA NOVA ESCOLA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul, como requisito para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientador (a): Prof^ª Ms. Sandra Simone Hopner Pierozan

ERECHIM

2014

DGI/DGCI - Divisão de Gestão de Conhecimento e Inovação

Segatto, Tauana Helena

Ensino Fundamental de Nove Anos: Abordagens em uma década de revista Nova Escola/ Tauana Helena Segatto. -- 2014.

54 f.

Orientadora: Sandra Simone Hopner Pierozan.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
Licenciatura em Pedagogia , Erechim, RS , 2014.

1. Ensino Fundamental. 2. Políticas Públicas. 3.
Revistas Pedagógicas. 4. Revista Nova Escola. I.
Pierozan, Sandra Simone Hopner, orient. II. Universidade
Federal da Fronteira Sul. III. Título.

TAUANA HELENA SEGATTO

**ENSINO FUNDAMENTAL DE NOVE ANOS: ABORDAGENS EM UMA DÉCADA DE
REVISTA NOVA ESCOLA**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de Licenciado em Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Orientador: Prof^a Ms. Sandra Simone Hopner Pierozan

Aprovado em: 09/12/2014

BANCA EXAMINADORA



Prof. Me. Sandra S. H. Pierozan
UFFS



Prof. Dra. Adriana R. S. Losso
UFFS



Prof. Me. Liane Vizzotto
IFC

À minha família, por sua capacidade de acreditar e investir em mim.

AGRADECIMENTOS

A todos os familiares, amigos, colegas de trabalho e de academia que de alguma forma contribuíram nessa jornada de estudos e dedicação.

Agradeço aos meus pais por todo o apoio, pela paciência, pelo incentivo e por nunca medirem esforços para que eu pudesse estar realizando este sonho, a vocês eu dedico essa vitória.

Ao meu noivo pelo apoio e compreensão em todos os dias de minha graduação, pela ajuda em dias difíceis e pelo carinho a mim dispensado.

A todas as minhas colegas, principalmente a Anna Luiza, Luana e Cassiane por todos os anos de parceria, pela amizade, acolhimento, risos, choros e momentos únicos que fizeram esse período mais divertido e especial.

A minha orientadora Sandra, pelos conhecimentos e experiências compartilhados e por todo tempo a mim dedicado.

“... mire, veja: o mais importante e bonito do mundo é isto;
que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram
terminadas, mas que elas vão sempre mudando.
Afinam ou desafinam. Verdade maior. É o que a vida me ensinou.”

João Guimarães Rosa, Grande Sertão: Veredas

RESUMO

Esta pesquisa apresenta uma análise acerca das abordagens da revista Nova Escola sobre o Ensino Fundamental de Nove Anos, tendo em vista a compreensão sobre suas concepções e disposições sobre a política pública de ampliação do Ensino Fundamental. Para tanto, elencam-se como objetivos mais expressivos, compreender as normativas e a história do Ensino Fundamental no Brasil até chegar a sua configuração atual. Pretende-se analisar se as concepções da revista Nova Escola demonstram o periódico como favorável ou crítico a nova política. Busca-se ainda, avaliar a força das revistas pedagógicas, em especial a revista Nova Escola, como uma ferramenta para difundir ideias e práticas em educação. Para tanto, irá desenvolver-se, além da leitura de materiais do Ministério da Educação (MEC) e documentos legais, a análise de cem edições da revista Nova Escola, do período de 2004 a 2013, averiguando nestas as reportagens e matérias referentes ao Ensino Fundamental de Nove Anos. Nesse aspecto, os resultados obtidos nos permitem a compreensão de que a revista Nova Escola trata a ampliação do Ensino Fundamental de Nove Anos como uma forma de qualificar a educação, nunca colocando em questão sua eficiência, o que possivelmente seja devido ao fato da publicação e distribuição da revista às escolas ser financiada pelo governo federal.

Palavras-chave: Ensino Fundamental de Nove Anos. Revista Nova Escola. Revistas Pedagógicas.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Tópicos do sumário da revista Nova Escola.....	25
Quadro 2 – Principais seções já apresentadas na revista Nova Escola.....	25
Quadro 3 – Relação das publicações analisadas da revista Nova Escola com os processos de implementação do Ensino Fundamental de Nove Anos.....	28
Quadro 4 – Distribuição das reportagens analisadas.....	30

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	EDUCAÇÃO BRASILEIRA: BREVE RETOMADA HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL	13
2.1	O ENSINO FUNDAMENTAL DE NOVE ANOS.....	16
3	AS REVISTAS PEDAGÓGICAS COMO FERRAMENTA PARA DIVULGAÇÃO DE IDEIAS	19
3.1	A REVISTA NOVA ESCOLA: DOMINANTE NO SEGMENTO DAS REVISTAS PEDAGÓGICAS	22
4	CAMINHOS METODOLÓGICOS	26
5	A REVISTA NOVA ESCOLA E SUAS PERCEPÇÕES ACERCA DO ENSINO FUNDAMENTAL DE NOVE ANOS: ANÁLISE DE DADOS	32
5.1	AVANÇO/QUALIDADE.....	32
5.2	DESAFIOS	37
5.3	OPORTUNIDADE	39
5.4	TRANSIÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL	41
5.5	PLANEJAMENTO.....	45
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
	REFERÊNCIAS.....	50

1 INTRODUÇÃO

A educação brasileira é tema de diversas discussões e repercussões no cenário nacional no que se refere a estruturação e qualidade do ensino, preocupando e colocando em alerta todos os que estão inseridos e se interessam pela educação no país.

No decorrer da década atual, a aprovação da Lei nº 11.274, sancionada em 6 de fevereiro de 2006, que dispõe sobre a ampliação do Ensino Fundamental no Brasil de oito anos para nove anos e, ao mesmo tempo assegura o ingresso de crianças de seis anos no ensino obrigatório, estabelecendo prazo de implementação pelos sistemas até o ano de 2010, provocou diversos debates acerca da funcionalidade do sistema adotado.

A iniciação das crianças no universo escolar vem gerando questionamentos sobre como as práticas educativas podem ser conduzidas para que haja a proficiência do ensino e da aprendizagem, nesse sentido a inserção dessas crianças com um ano de antecedência no sistema educacional obrigatório faz necessária a busca por algumas respostas quanto a validade dessa nova política.

Juntamente com a nova lei, a partir da Resolução nº 7, de 14 de dezembro de 2010, que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de Nove Anos, ainda ocorreu a adoção da progressão continuada nos primeiros anos do Ensino Fundamental, o que se constituiu de certa forma na orientação de não reprovação dos estudantes nos três primeiros anos do Ensino Fundamental, sendo que, segundo a lei, a escola fica responsável por utilizar todas as formas possíveis para que o aluno conclua este período com as aprendizagens necessárias para cada etapa.

Confirma-se, dessa maneira, que a nova lei trouxe mudanças significativas ao sistema educacional brasileiro, fazendo-se importante a análise acerca de como as informações sobre esse processo estão sendo expressas na escola, para os professores, que constituem uma parcela importante de sujeitos afetados diretamente pela lei.

Além das formas legais da manifestação e explicitação dos mecanismos de implementação e alteração de novas leis de nível educacional nacional, como documentos e publicações emitidos pelo Ministério da Educação (MEC), existem ainda os recursos utilizados pelas mídias para que ocorra a explicitação de fatos que possam gerar grandes debates e mobilização social, como no caso da implementação do Ensino Fundamental de Nove Anos.

No âmbito escolar, podemos destacar as revistas pedagógicas como grande ferramenta de divulgação de ideias, justamente por terem como foco leitores que estejam ligados à educação institucionalizada: professores, diretores e funcionários.

A linguagem de simples compreensão, o acesso a conteúdos atualizados e, ainda, o baixo custo, faz com que estas revistas se tornem material de fácil leitura tanto para graduandos quanto para professores atuantes, ainda que estes saibam que o conteúdo portado por essas revistas não se configuram em publicações científicas.

Levando em consideração que o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), desenvolvido desde 1997 pelo MEC, objetiva a promoção do acesso à cultura e o incentivo à leitura aos alunos e professores, disponibilizando materiais diversos para estudo, dentre eles revistas que servem como ferramenta para circulação de informações, optou-se no presente trabalho por desenvolver um estudo sobre a revista Nova Escola que, além de ser distribuída pelo programa às escolas é tida como uma das revistas pedagógicas mais conhecidas no Brasil.

Ao considerar a intensidade com que estes periódicos são disponibilizados a professores e pessoas ligadas a área da educação, bem como a atual ocorrência de mudanças consideráveis na legislação educacional brasileira, julga-se pertinente a junção dos dois movimentos para análise: alteração do Ensino Fundamental e as publicações da revista Nova Escola. Dessa forma, busca-se promover a compreensão acerca dos sentidos que a revista dá a essa política pública.

Nesse sentido, esta pesquisa procura compreender de que forma ocorreram as abordagens acerca do Ensino Fundamental de Nove Anos pela revista Nova Escola, dando ênfase à análise relacionada as opiniões, concepções e preocupações que a revista expressa em relação ao tema de estudo.

Para a realização do trabalho, foram analisados os exemplares impressos da revista dos anos de 2004 a 2013, bem como os documentos legais disponibilizados pelo MEC referentes a temática do Ensino Fundamental de Nove Anos, partindo-se do pressuposto de que a revista é, inclusive, utilizada para divulgação de propostas aprovadas pelos organismos governamentais, já que fazem parte do acervo que o mesmo disponibiliza a escola.

Para dar continuidade ao trabalho, o mesmo está dividido em quatro capítulos: *Educação brasileira: breve retomada histórica da educação no Brasil*; *As revistas pedagógicas como ferramenta para divulgação de ideias*; *Caminhos Metodológicos* e *A revista Nova Escola e suas percepções acerca do Ensino Fundamental de Nove Anos: análise de dados*. No primeiro capítulo será apresentado como foi, no decorrer do tempo, se

configurando a educação institucionalizada no país e como foi concebido o Ensino Fundamental no decorrer das legislações, especialmente com relação ao tempo de duração, até a sua apresentação atual. O capítulo dois busca desenvolver uma discussão acerca das revistas pedagógicas no Brasil, expondo sua história, bem como apresentando a revista Nova Escola, fonte de nossa pesquisa. No terceiro capítulo serão abordados os caminhos metodológicos percorridos para o desenvolvimento do presente trabalho. E finalmente, o capítulo quatro será dedicado à apresentação da análise dos dados coletados na pesquisa, bem como da discussão que os mesmos podem gerar.

2 EDUCAÇÃO BRASILEIRA: BREVE RETOMADA HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

A educação brasileira passou por várias mudanças estruturais e conceituais no decorrer da história. Em um momento primitivo, anterior ao descobrimento do país pelos europeus, a educação acontecia de forma comunitária. As sociedades indígenas que aqui habitavam se educavam de geração em geração a partir da oralidade e da imitação, sendo esse processo um dever de todos, não havendo dessa maneira uma instituição especializada em ensinar, educar as crianças. Como nos escreve Brandão (2007) “todas as relações entre a criança e a natureza, guiadas de mais longe ou de mais perto pela presença de adultos conhecedores, são situações de aprendizagem. A criança vê, entende, imita e aprende com a sabedoria que existe no próprio gesto de fazer a coisa.” (p.18), o que demonstra a validade dessa forma de educação para o período.

Com a chegada dos portugueses ao Brasil, no ano de 1500, iniciou-se uma nova etapa no que diz respeito a educação, porém não somente a ela. Segundo Zotti (2004) nesse período “inicia-se um processo de profunda depredação da Colônia, com a utilização da mão-de-obra escrava, com o uso de tecnologias não conhecidas pelo índio, entre elas a arma de fogo, símbolo do poder e superioridade do colonizador” (p.14). Com isso ocorreu o massacre da cultura indígena existente, passando a ser caracterizada por uma sociedade mercantilista marcada profundamente pela religiosidade, no caso, o catolicismo.

A partir da ocorrência da colonização chegaram à nova colônia os jesuítas, que iniciaram a prática da educação institucionalizada e da catequese, com o intuito de inculcar os ideais europeus nos nativos da região colonizada. Inicialmente o principal objetivo era a transmissão de conhecimentos da cultura portuguesa aos nativos, como a língua, com o passar do tempo passou-se a dar ênfase a uma educação especializada para as classes dominantes. Estes religiosos permaneceram responsáveis pela educação do país até o ano de 1759, quando a nova reforma de Marquês de Pombal expulsou os jesuítas de Portugal e conseqüentemente do Brasil.

Essas reformas instituídas por Pombal propunham a modernização do ensino e da cultura portuguesa, com objetivo de recuperar a economia do país e eram influenciadas pelos ideais iluministas, movimento ocorrido no final do século XVII. Foi nesse período que a urbanização iniciou-se na Colônia e se fazia a necessidade de uma educação popular, que na verdade não ocorreria. Como nos escreve Zotti (2004) “Dos jesuítas a Pombal, a educação

brasileira foi marcada pelo objetivo básico de formação da elite dirigente da sociedade colonial” (p. 30).

Já no ano de 1807, a corte portuguesa é obrigada a se deslocar para o Brasil sob a proteção dos ingleses, devido a invasão pelas tropas francesas ocorrida durante a Revolução Francesa e a Revolução Industrial. Porém, a vinda da corte para o Brasil não provocou grandes mudanças no cenário educacional, uma vez que continuou fazendo-se uso do mesmo sistema de ensino jesuítico. A grande alteração diz respeito a inserção do ensino superior, que também é voltado apenas para uma minoria aristocrática da corte, bem como algumas outras sem relação direta ao sistema educacional, como a fundação do Banco do Brasil (1808), instalação de algumas fábricas, a criação da Biblioteca Real (1810), e a abertura dos portos, o que propiciou o desenvolvimento e a transformação das terras coloniais.

Após um cenário de revoluções e disputas, no ano de 1822 ocorreu a Independência do Brasil, que deixou de ser colônia de Portugal, o que provocou uma reviravolta na educação do país, principalmente com a promulgação da primeira constituição brasileira.

A primeira menção ao direito da educação, em lei, para classes populares do Brasil, partiu da primeira Constituição brasileira, ainda do Brasil Império, no ano de 1824, logo após a independência do Brasil, denominada “Constituição Política do Império do Brasil” onde em seu Título 8º - Das Disposições Gerais, e Garantias dos Direitos Cívicos, e Políticos dos Cidadãos Brasileiros é garantida a todos os cidadãos a instrução primária e gratuita (BRASIL, 1824). Não há, nesta Constituição, a especificação do que vem a ser essa “instrução primária”, nem tampouco o tempo de duração.

Posteriormente, com a Constituição de 1891, quando o Brasil passa a ser uma República Federativa, se institui o ensino leigo ministrado em estabelecimentos públicos (BRASIL, 1891). Nesse sentido, a educação que era estreitamente ligada a ideais religiosos, passa a não possuir esse cunho, mas sim fica absolutamente desconectada das questões da Igreja.

Na Constituição de 1934 (em seu artigo 149) declara-se a educação como um direito de todos e que deve ser ministrada, pela família e pelos Poderes Públicos, de modo que possibilite eficientes fatores da vida moral e econômica da Nação e, desenvolva num espírito brasileiro, a consciência da solidariedade humana (BRASIL, 1934). Descreve ainda que o ensino primário integral se dará gratuitamente e de frequência obrigatória com tendência à gratuidade do ensino educativo ulterior ao primário, a fim de torná-lo mais acessível. Pode-se descrever essa constituição como uma das maiores evoluções ocorridas no período, já que foi

também nela que destinou-se parte dos impostos para o financiamento da educação e constitucionaliza o Conselho Nacional de Educação.

Posteriormente, ocorre na constituição brasileira de 1967, certo retrocesso referente ao financiamento de educação, que não é previsto. O ensino primário é obrigatório para todos, apontando uma idade de início e fim para esta obrigatoriedade, sendo dos sete aos quatorze anos. Também se instituiu o ensino gratuito nos estabelecimentos oficiais, no entanto, esse período é marcado pelo menor investimento na educação já tido na história.

A Constituição do Brasil atual é a de 1988, redigida no período de redemocratização brasileira segundo a qual declara

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988, art. 205)

A mesma garante ainda o direito a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber, o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino e a gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais.

Podemos dizer que a educação nacional não está apenas garantida nas Constituições Federais já que existem documentos, leis e resoluções que a norteiam e permitem a organização nacional da educação. Dentre eles está a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que também sofreu, durante o passar dos tempos, alterações consideráveis até chegar à vigente: a LDB nº 9.394 de 1996.

Entender o movimento pelo qual o Brasil passou compreende, além de identificar nas constituições a forma que o ensino foi tomando, analisar as principais alterações ocorridas nas Leis de Diretrizes e Bases já aprovadas, no que diz respeito ao Ensino Fundamental no Brasil.

Nesse sentido, a primeira LDB foi sancionada no ano de 1961 (LDB nº 4.024/61), com intuito de estruturar e normatizar o sistema educacional brasileiro. Com relação ao ensino inicial, indicava a obrigatoriedade a partir dos sete anos. Essa fase era classificada como ensino primário (educação de crianças), que seria ministrado em quatro séries anuais, sendo os alunos isentos de ir à escola em caso de pobreza dos responsáveis, anomalias ou mesmo encerramento de matrículas. Posterior ao ensino primário havia o ensino médio (educação de

adolescentes), dividido em ginásial (com quatro séries anuais) e colegial (com três séries anuais).

Na LDB de 1971 (nº 5.692/71), passa-se a adotar a nomenclatura de ensino de primeiro grau que se destina à formação da criança e do pré-adolescente, tendo a duração de oito anos, e iniciação com no mínimo sete anos, com obrigatoriedade dos sete aos quatorze anos. O grau seguinte, não obrigatório, era chamado de segundo grau. Esta foi a lei que vigorou no período da ditadura militar, inclusive, no início do período de redemocratização, pois mesmo com a Constituição de 1988, que mudou o âmbito dos direitos civis, a nova LDB só foi aprovada em 1996.

Conhecida também como Lei Darcy Ribeiro, a LDB nº 9394/96 mudou a nomenclatura de ensino de primeiro grau para Ensino Fundamental, mantendo a duração, ainda, de oito anos e iniciação do curso aos sete anos de idade. Possibilitou novas formas de pensar o currículo e a organização da educação, assim como estruturou dois níveis de ensino no Brasil: a Educação Básica, onde estão inclusos a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, e ainda o Ensino Superior, com cursos de graduação e pós-graduação.

As pesquisas feitas pela comunidade acadêmica e os dados estatísticos do ensino brasileiro revelam que as matrículas no Ensino Fundamental ainda não atingiram 100% da população. Vivemos atualmente no ápice deste percurso iniciado em 1824 e é importante destacar que mesmo com a previsão de políticas educacionais nos textos legais, é apenas na chegada do século XXI que de fato a educação passou a ser obrigatória e contar com quantidade de vagas que atendessem a demanda pública.

A legislação que está em vigência até os dias atuais é a LDB nº 9.394/96, porém algumas resoluções alteraram esta lei, provocando mudanças consideráveis no sistema educacional brasileiro, em especial no Ensino Fundamental.

2.1 O ENSINO FUNDAMENTAL DE NOVE ANOS

Conforme descrito anteriormente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) é o documento que norteia, estrutura e normatiza a educação nacional. Nela constam dados referentes à obrigatoriedade e direitos dos sujeitos responsáveis pela educação brasileira, ou seja, aponta todos os que estão envolvidos no processo educacional.

Desde a primeira LDB, no ano de 1961, várias alterações na legislação maior da educação decorreram para que esta chegasse a configuração proposta em 1996. Porém, a lei pode ser modificada não somente pela sua substituição, mas também, no decorrer da história,

por resoluções e ementas constitucionais. A LDB nº 9.394/96 sofreu, desde sua primeira versão, algumas alterações que podemos descrever como significativas para o cenário educacional brasileiro. Dentre elas está a mais recente e polêmica, foco principal de nosso estudo, que é a ampliação do Ensino Fundamental para nove anos e a obrigatoriedade da matrícula a partir dos seis anos, aprovada pela Lei nº 11. 274 de 6 de fevereiro de 2006, e regida por uma legislação específica.

Com esta nova definição, de ingresso e tempo de duração do Ensino Fundamental, alguns artigos da LDB nº 9.394/96 foram modificados para garantir a consonância entre as legislações federais. Além da Lei nº 11. 274/06, no ano de 2010 o Conselho Nacional de Educação fixou as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de Nove Anos, por meio da Resolução nº 07, de 14 de dezembro de 2010. Assim, também o currículo passou a ter uma nova organização para atender as necessidades que foram efetivadas no período de 2006 a 2010 - prazo que compreendia o tempo necessário para os Municípios, os Estados e o Distrito Federal adequarem-se às mudanças.

A resolução declara que a educação escolar deve ser comprometida com a igualdade de acesso aos conhecimentos, tendo em vista uma educação com qualidade social que permita o ingresso, a permanência e o sucesso na escola, com a redução da evasão, da retenção e das distorções idade/ano/série.

Em seu artigo 8º, o documento explicita que “O Ensino Fundamental, com duração de 9 (nove) anos, abrange a população na faixa etária dos 6 (seis) aos 14 (quatorze) anos de idade e se estende, também, a todos os que, em idade própria, não tiveram condições de frequentá-lo.”, apresentando que o mesmo pode ser formatado em ciclos, série, ou qualquer outra forma de organização prevista na LDB.

A resolução apresenta, ainda, o aluno como sendo o centro do planejamento curricular, que como indivíduo de direito, deve contribuir para a tomada de decisão referente a implementação de normas que regem a escola. As aprendizagens, nesse sentido, devem ser relevantes e socialmente significativas.

Outro ponto considerável expresso na resolução diz respeito aos três primeiros anos do Ensino Fundamental, como podemos perceber pelo trecho abaixo:

Art. 30 Os três anos iniciais do Ensino Fundamental devem assegurar:

I – a alfabetização e o letramento;

II – o desenvolvimento das diversas formas de expressão, incluindo o aprendizado da Língua Portuguesa, a Literatura, a Música e demais artes, a Educação Física, assim como o aprendizado da Matemática, da Ciência, da História e da Geografia;

III – a continuidade da aprendizagem, tendo em conta a complexidade do processo de alfabetização e os prejuízos que a repetência pode causar no Ensino Fundamental como um todo e, particularmente, na passagem do primeiro para o segundo ano de escolaridade e deste para o terceiro. (BRASIL, 2010, art. 30)

Dessa maneira, no artigo 30, inciso terceiro, expressa-se a ideia de “continuidade” da aprendizagem para os três primeiros anos do Ensino Fundamental, o que é retomado no parágrafo primeiro ao descrever que, mesmo quando o sistema de ensino fizer opção pelo regime seriado, será necessário considerar os três anos iniciais do Ensino Fundamental como um bloco pedagógico ou um ciclo sequencial não passível de interrupção, voltado para ampliar para todos os alunos as oportunidades de sistematização e aprofundamento das aprendizagens básicas, imprescindíveis para o prosseguimento dos estudos.

A partir do artigo 30 da resolução podemos compreender as séries iniciais do Ensino Fundamental como uma sequência onde deverá ocorrer a progressão continuada, ou seja, não se deve tardar ou interromper esse período da educação. À escola cabe dar todas as possibilidades para que o aluno aprenda de forma proficiente, porém deve-se levar em consideração a possibilidade deste aluno não aprender, gerando diversos questionamentos quanto ao avanço para o quarto ano.

Esta é uma preocupação recorrente uma vez que o aluno pode não se alfabetizar nesse período, o que, conseqüentemente, provocaria sua reprovação no quarto ano. Porém, devemos considerar que a lei prevê que a escola promova momentos diversos para que, respeitando as individualidades de cada criança, todos aprendam no tempo considerado pelos documentos legais como ideal, que para alfabetização é o período dos seis aos oito anos.

Ao fazer uma breve análise referente às alterações ocorridas na legislação educacional nos últimos tempos, podemos perceber a complexidade e a dinâmica com que estas acontecem, o que nos faz refletir sobre como a formação continuada acompanha este processo e se a mesma dá conta de suprir as necessidades de conhecimento por parte dos professores, acerca de sua própria área de atuação.

Além dos cursos de formação docente em serviço, ofertados pelos diversos sistemas de ensino, é correto afirmar que o professor pode recorrer a outros mecanismos de informação para tomar ciência sobre as “novidades” que podem ocorrer no âmbito educacional: televisão, internet, jornais, revistas pedagógicas, etc. Estes são alguns dos meios válidos como prestadores de informações, porém questionáveis quando a qualificação, em sua maioria não científica.

3 AS REVISTAS PEDAGÓGICAS COMO FERRAMENTA PARA DIVULGAÇÃO DE IDEIAS

De modo geral, a imprensa teve início no Brasil no século XIX, com a vinda da família real para o país. O primeiro jornal impresso, o Correio Brasiliense, foi publicado em 1808, partindo da necessidade de divulgação de fatos que ocorriam no cotidiano em geral. Desde então a diversidade de produções e publicações só vem crescendo e atendendo a públicos variados.

Ao tratarmos das publicações em formato de revista, podemos dizer que a primeira de que se tem conhecimento é a Revista “As Variedades ou Ensaios de Literatura” que surgiu em Salvador no ano de 1812. De acordo com Dourado (2013), a revista “trouxe à tona uma nova caracterização de publicação para o país, delimitando temática e público logo no primeiro editorial” (p. 16-17). A autora descreve ainda, que as publicações da revista apegaram-se mais a questões políticas, que visavam cristalizar a moral, os bons costumes e saciar a curiosidade sobre os pensadores ou a moda europeia entre a elite social.

Pode-se perceber, nesse sentido, que a segmentação (destinação a público alvo) e a especialização (por temáticas), iniciaram-se já nas primeiras publicações de revistas no Brasil. Assim, no decorrer da história foram surgindo as revistas especializadas em culinária, celebridades, moda e dentre as mais diversas temáticas, também as revistas especializadas em assuntos referentes à educação.

Assim como boa parte das revistas, que geralmente possuem sua abordagem em áreas de conhecimento específicas, essas revistas que tratam de questões educativas, também chamadas de revistas pedagógicas, possuem um público alvo. Estas são publicações destinadas principalmente a professores, gestores e indivíduos envolvidos e preocupados com a área educacional.

Considerada a primeira revista que se propunha a atender esse público, a Revista Pedagógica foi publicada entre 1890 e 1896. Segundo Ana Lúcia Cunha Fernandes

A Revista Pedagógica faz parte do projeto de educação nacional posto em prática a partir da implantação da República, em 1889. Inserir-se numa das finalidades (no caso, a publicação de uma revista) do Pedagogium – Museu Escolar do Distrito Federal – órgão criado em 1890, no âmbito da reforma educacional realizada por Benjamin Constant. Tal Museu havia sido criado com o objetivo de contribuir para o avanço da instrução, ele deveria constituir-se em lugar de referência, à semelhança do que já ocorria em outros países, encarados como mais avançados e, por isso, modelos a serem seguidos. [...] não teve uma periodicidade regular, sendo mensal no início de seu ciclo de vida, irregular em alguns anos e trimestral, já mais para o fim de

sua existência [...] número de páginas variável ao longo do tempo, era publicada por Editores Alves & Cia, sendo vendida de forma avulsa e por assinatura. [...] Em linhas gerais, a Revista era composta por seções que variaram ao longo de sua existência [...] As mais constantes foram: Parte Oficial, onde eram apresentados decretos, atos oficiais, nomeações, licenças, jubilações, exonerações, regulamentos etc.; Pedagogia, onde eram publicadas “memórias de pedagogia”; Chronica do Exterior, dedicada ao que se passava fora do país (notícias sobre publicações, modelos de escolas, projetos de lei, estatísticas, programas, despesas com ensino, congressos, etc.); e, ainda, a Chronica do Interior, onde eram publicadas notícias relativas a acontecimentos ocorridos no próprio país. (FERNANDES, 2006, p. 5)

Dois pontos podem ser destacados a partir do trecho citado, o primeiro diz respeito a questão estrutural da primeira revista pedagógica publicada no Brasil, que lembra-nos muito a estrutura das revistas atuais, organizadas por seções, cada qual com sua função e área de abordagem. Outro ponto é o objetivo da publicação da revista que, juntamente com a fundação do Museu Escolar do Distrito Federal¹, era de contribuir para o avanço da instrução, tornando-se referência para os leitores e professores da época.

Sobre a estreita ligação das publicações segmentadas, principalmente as relacionadas a temática educacional, com questões de Estado, como a primeira revista pedagógica que visava atender os objetivos do projeto de educação nacional, posto em prática a partir da implantação da República em 1889, podemos destacar as contribuições de Silva (2009) que descreve que

[...] as revistas são instrumentos que servem para a articulação e divulgação de práticas educativas, e se organizam enquanto textos que problematizam e orientam como deve ser a educação nas escolas. Possuem duplo potencial, pois além dos textos informativos que permitem a atualização de conteúdos, podem oferecer estudos, concepções e práticas articuladas às políticas educacionais sugeridas pelas reformas políticas, que se desenvolvem junto às edições. (SILVA, 2009, p. 20)

Se expressa dessa forma, segundo as colocações da própria Silva (2009, p. 20), a potencialidade das revistas como ferramenta para a divulgação e solidificação de ideias em educação, já que a própria presença do professor na revista pedagógica que, além de ler,

¹ O Museu Escolar do Distrito Federal foi criado a partir do Projeto Educacional Republicano, juntamente com algumas reformas no ensino primário e secundário no Distrito Federal e na instrução superior, artística e técnica em todo o território nacional que foi decretada em 1890 e colocada em prática em 1891. Apresentava como princípios norteadores: a liberdade de ensino, a laicidade, a gratuidade do ensino primário e a ciência como fundamento da organização curricular e do ensino propriamente dito. Foi Marechal Benjamin Botelho de Magalhães Constant o mentor dessa reforma, bem como, em 1890, o criador do Pedagogium e seu instrumento de veiculação – a Revista Pedagógica – funcionando ambos como dispositivos para formação de professores, objetivando uma instauração da pedagogia republicana. O Pedagogium era um museu pedagógico brasileiro que tinha como finalidade ser o centro impulsor das reformas e melhoramentos do qual a instrução nacional estava necessitando, oferecendo instrução profissional e a exposição de métodos e materiais aperfeiçoados. A ideia sobre a construção de um museu partiu das boas experiências com esse tipo de instituição que vinha ocorrendo em países bem mais desenvolvidos que o Brasil. (Disponível em: < <http://seer.ufrgs.br/asphe/article/viewFile/30666/pdf>> Acesso em: 03 nov 2014)

contribui para a construção de textos, e mesmo a circulação de teorias e divulgação de propostas inovadoras, transforma o periódico em um campo rico para a consolidação de ideias.

Ainda segundo Silva (2009, p.22), ao mesmo tempo, além de atender aos objetivos da própria editora, essas publicações geralmente acatam os objetivos daqueles que nela investem. O fato de que a mesma se direciona a um público específico que se preocupa pela temática abordada pela publicação, desperta o interesse daqueles que buscam difundir ideias e propostas relacionadas. Nesse sentido, mesmo que implícitos, os desejos e interesses dos que investem são atendidos, fazendo com que elas possuam

uma configuração cujos espaços atendem cada vez mais os objetivos que se encontram integrados às teorias educacionais e ideologias que marcam a história de cada período, pois são veículos capazes de conectarem o professor-leitor às práticas educativas e concepções em desenvolvimento. (SILVA, 2009, p.21)

Um aspecto a ser evidenciado é a relação de certo domínio ou mesmo orientação incisiva no que se refere à relação da revista com o professor. A todo tempo, principalmente em títulos e anúncios das publicações e reportagens da revista, e aqui tratamos especificadamente da revista Nova Escola, objeto de nosso estudo, podemos analisar descrições que chamam atenção e mostram a forma como o professor deve agir com relação a sua turma ou mesmo em suas práticas pedagógicas, como verificamos nos seguintes trechos:

Confira, neste guia, como ensinar² os conteúdos a elas [crianças de 6 anos] sem passar por cima da infância (n. 225, set 2009, p. 5-6)

Como elege³ os conteúdos e organizar o dia a dia das crianças de 6 anos que chegam à escola em 2010. (n. 225, set 2009, capa)

Com a ampliação do Ensino Fundamental, milhões de brasileiros estão frequentando mais cedo as salas de aula. **Saiba como adaptar-se**⁴ a essa nova realidade. (n.208, dez 2007, capa)

Corroborando com a análise das implicações que esse tipo de abordagem pode exercer sobre o professor, Klein (2008) em sua tese de doutorado, denominada “O discurso sobre as novas tecnologias e a subjetivação docente: a docência na rede”, procura demonstrar como se ensina os modos de ser docente e de se exercer a docência a partir dos artigos, propagandas e

² Grifo nosso.

³ Grifo nosso.

⁴ Grifo nosso.

notícias veiculadas pela revista Nova Escola, tomando com tema as novas tecnologias. A autora aponta que

[...] quando Nova Escola produz reportagens sobre o computador e a Internet faz circular enunciados que apresentam quais são os saberes que o/a professor/a deve possuir, que competências e habilidades são necessárias para ensinar na era da tecnologia e, mais do que isso, como o/a professor/a deve ser, pensar e agir neste “novo tempo”. A revista ativa técnicas que colocam o docente diante de si mesmo, subjetivando-o. (KLEIN, 2008, p. 37).

Sendo assim, podemos perceber a forte influência exercida pela revista na construção do *ser professor*. Na medida em que institui qualidades e competências que devem ser parte constituinte do indivíduo educador, a revista aponta caminhos e formas de agir também, quanto a sua própria prática pedagógica. Como se pode analisar a partir dos trechos das publicações da revista Nova Escola, essa situação de divulgação de moldes a serem seguidos, perpassa a área das novas tecnologias, como nos apresentou Klein (2008). Quando atreladas a mudanças significativas na educação, como é o caso da ampliação do Ensino Fundamental e inserção de crianças com 6 anos no mesmo, podemos visualizar que essa atitude de orientação incisiva continua apresentando receitas a serem seguidas pelo professor, o que certamente, interfere em sua forma de agir e pensar, transformando assim sua identidade profissional.

Crendo nesse processo de “subjetivação” exercido pela revista Nova Escola, como nos aponta Klein (2008), devemos levar em conta o fácil acesso que se possui a esse periódico e as implicações que este fato pode exercer. Nesse sentido, segue abaixo uma breve explanação acerca das principais características da revista.

3.1 A REVISTA NOVA ESCOLA: DOMINANTE NO SEGMENTO DAS REVISTAS PEDAGÓGICAS

Constituindo-se como uma publicação segmentada, já que visa o atendimento a um público específico, Nova Escola foi a primeira revista pedagógica brasileira a manter-se no mercado editorial após vinte e oito anos de publicação.

A área das revistas pedagógicas no Brasil é dominada por esta publicação. Esta hegemonia pode ser comprovada pelos 1.327.462 leitores da Revista e pela tiragem de 588.098 exemplares⁵.

A Nova Escola foi lançada em 1986, após duas tentativas fracassadas de lançamento de outras duas revistas⁶ pela Fundação Victor Civita, cujo foco era o mesmo. As publicações

⁵ Disponível em: < <http://publicidade.abril.com.br/marcas/novaescola/revista/informacoes-gerais>> Acesso em: 05 ago 2014.

do periódico partiram de uma iniciativa da Fundação Victor Civita, criada em 1985 por Victor Civita, também fundador, em 1950 da Editora Abril, que se conclama como “um dos maiores e mais influentes grupos de Comunicação, Educação e Logística da América Latina”⁷. A Editora Abril é patrocinadora da Fundação Victor Civita⁸.

Está disponível no site da própria Editora Abril, logo no início comprovando o potencial que a revista acredita possuir que a

NOVA ESCOLA⁹ é a maior revista de Educação do país e a 28 anos contribui para a melhoria do trabalho dos professores dentro da sala de aula. Todos os meses, ela traz as práticas educacionais e os conteúdos mais relevantes para a Educação Infantil e Ensino Fundamental¹⁰

Tratando-se de uma mídia impressa segmentada, a revista Nova Escola busca atender um público específico de professores, como podemos perceber no próprio editorial da edição de lançamento da revista, que foi escrito por Victor Civita em 1986, este apresenta os objetivos principais que norteavam a publicação¹¹:

Fornecer à professora informações necessárias a um melhor desempenho de seu trabalho; valorizá-la; resgatar seu prestígio e liderança junto à comunidade; integrá-la ao processo de mudança que ora se verifica no país; e propiciar uma troca de experiências e conhecimentos entre todas as professoras brasileiras de 1º grau. (CIVITA, 1986, p. 03)

Se observarmos a escrita dos objetivos traçados no editorial, podemos visualizar que a revista escreve para “a professora”, no caso, sexo feminino. Percebe-se, dessa forma, que já se concebia a profissão como essencialmente feminina e que isso marcava a própria escrita do material. Ainda hoje, se formos analisar a porcentagem de leitores do periódico, de acordo com os dados da Editora Abril, visualizaremos que 73% são mulheres¹².

A revista de cunho pedagógico é distribuída gratuitamente as escolas com patrocínio do governo federal pelo Fundo de Desenvolvimento da Educação (FNDE), a partir do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE).

⁶ A Editora Abril já havia tentado lançar dois títulos em parceria com a Fundação Victor Civita com o mesmo foco, a Revista Escola, em 1972 e a Revista Professora Querida, em 1983, porém as publicações deram prejuízo e foram abandonadas em poucas edições. Disponível em: < <http://www.fvc.org.br/nossa-historia.shtml#prettyPhoto/4/>> Acesso em: 05 ago 2014.

⁷ Disponível em: < <http://grupoabril.com.br/pt/quem-somos> > Acesso em: 05 nov 2014.

⁸ Disponível em: < <http://www.fvc.org.br/nossa-historia.shtml#prettyPhoto/0/>> Acesso em: 05 ago 2014.

⁹ Grifo do autor.

¹⁰ Disponível em: <<http://publicidade.abril.com.br/marcas/novaescola/revista/informacoes-gerais>> Acesso em: 05 nov 2014.

¹¹ Disponível em: < <http://www.fvc.org.br/nossa-historia.shtml#prettyPhoto/4/>> Acesso em: 05 ago 2014.

¹² Disponível em: <<http://publicidade.abril.com.br/marcas/novaescola/revista/informacoes-gerais>> Acesso em: 05 nov 2014.

O FNDE foi criado pela Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968 e alterado pelo Decreto-Lei nº 872, de 15 de setembro de 1969 e é responsável pela execução de políticas educacionais do MEC¹³, com vistas a auxiliar os estados e municípios com repasses em dinheiro para alcançar a melhoria e garantir uma melhor educação a todos. Além desses repasses em dinheiro, o FNDE possui diversos projetos e programas, entre os quais está o PNBE, que surgiu com o objetivo de prover as escolas de ensino público o fornecimento de materiais de apoio à prática da educação básica. O PNBE possui ainda algumas divisões que são o PNBE do Professor, o PNBE Periódicos e o PNBE Temático¹⁴.

O PNBE Periódicos tem como objetivo principal a aquisição e a distribuição de revistas pedagógicas às escolas, visando auxiliar o trabalho do professor da rede pública, bem como a gestão escolar. Devido a isso, a revista Nova Escola é distribuída para as escolas a partir do programa.

Esse fato faz com que emergjam discussões e concepções acerca de possíveis alianças da revista às intenções do governo para consolidação de mudanças e ideais. Como nos escreve Silva (2009, p. 23) “assim, desenvolve [a revista] um discurso para estabelecer cultura no país, aliada às intenções do governo para consolidar as mudanças pretendidas”. A autora complementa ainda que os argumentos utilizados pela revista permitem condicionar o interlocutor a assumir as posturas pretendidas pela mesma, ou mesmo persuadí-lo quanto às representações sobre o mundo e a sociedade. O que revela o site do próprio Grupo Abril a partir de uma pesquisa é que 76% dos entrevistados declaram que em algum momento mudaram sua prática em sala de aula por causa de suas reportagens e que 68% afirmam que a revista contribui para o planejamento das aulas¹⁵.

As sessenta e seis páginas da revista, aproximadamente, são compostas pela capa que sempre destaca o tema central da edição; o sumário, geralmente dividido a partir de sessões; e a carta ao leitor, onde o diretor de redação expõe matérias diversas, que vão desde alterações no quadro de funcionários até assuntos concomitantes a temática central da publicação. Podemos destacar no sumário da revista alguns tópicos característicos, que se mantêm em praticamente todas as publicações dos dez anos de edições analisadas, e que podem ser visualizados a partir dos quadros 1 e 2:

¹³ Disponível em: < <http://www.fnde.gov.br/fnde/institucional/quem-somos> > Acesso em: 05 nov 2014.

¹⁴ Disponível em: < <http://www.fnde.gov.br/programas/biblioteca-da-escola/biblioteca-da-escola-apresentacao> > Acesso em: 05 nov 2014.

¹⁵ Disponível em: < <http://publicidade.abril.com.br/marcas/novaescola/revista/informacoes-gerais> > Acesso em: 07 nov 2014.

Quadro 1 – Tópicos do sumário da revista Nova Escola.

Capa	Apresenta o tema destaque debatido na edição.
Seções	Estas são estabelecidas a partir de suas abordagens, como podemos visualizar no quadro 2.
Sala de aula	Apresenta propostas de trabalhos a serem desenvolvidos na sala de aula, nas diversas disciplinas.
Reportagens	Destinada a reportagens acerca das mais diversas temáticas.

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 2 – Principais seções já apresentadas na revista Nova Escola

Caro Educador	Pequena carta ao leitor, escrita geralmente pelo diretor de redação.
Cartas	Cartas enviadas pelos leitores à Revista, geralmente tratando de temas relacionados à publicação anterior.
Fala, Mestre	Espaço destinado a entrevista com especialista acerca de temáticas específicas.
Faça você mesmo	Expõe jogos e atividades diversas que podem ser produzidos pelo próprio professor.
Educador Nota 10	Explicita regulamento e matérias referentes ao Prêmio Educador Nota 10, da Fundação Victor Civita.
Com a Palavra	Página destinada a redação sobre determinada temática, produzida por um especialista.
Livros	Dicas de livros e leituras.
Mural	Dicas de visita, internet, agenda, dentre outros.

Fonte: Elaborado pela autora.

Os quadros apresentados foram elaborados visando uma melhor compreensão e visualização acerca da estrutura interna e organização da revista, sendo assim, estes são autoexplicativos, não havendo necessidade de maior análise neste momento.

A revista conta ainda com espaços para publicidade e alguns encartes especiais. O que podemos observar a partir das leituras é que os textos normalmente são de fácil compreensão e não possuem rigor científico, já que visam apresentar propostas geralmente já executadas em algum local específico que servirão de exemplo ou mesmo molde a outros professores, sem promover um estudo investigativo sobre a eficiência do mesmo.

Levando em consideração a grande tiragem e o grande número de leitores da revista, bem como o que foi discutido até o momento sobre a forte influência que este periódico exerce sobre os educadores, julga-se pertinente a abordagem da revista Nova Escola como material de pesquisa. Dessa maneira, o próximo capítulo busca descrever os caminhos metodológicos seguidos para elaboração do presente trabalho.

4 CAMINHOS METODOLÓGICOS

Considerando o objetivo deste estudo, que se propõe a analisar as publicações da revista Nova Escola que abordam a temática do Ensino Fundamental de Nove Anos, focalizando a construção dos sentidos expressos no periódico, o trabalho investigativo foi conduzido pela pesquisa qualitativa.

As pesquisas de cunho qualitativo caracterizam-se pelo seu caráter exploratório, onde o pesquisador e o objeto de estudo estão em contato direto. Godoy (1995a) descreve que para as abordagens qualitativas “um fenômeno pode ser melhor compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada” (p. 21). Ancorada nas concepções de Bogdan e Biklen, a autora descreve ainda que a palavra escrita ocupa um lugar fundamental nessa abordagem, tanto para a obtenção dos dados quanto para a análise e exposição dos resultados (GODOY, 1995b, p. 62). Nesse sentido, após algum tempo de reflexão optou-se pela realização de análise documental, do qual o objeto seriam publicações impressas da revista Nova Escola do período de 2004 à 2013, somando um total de cem edições.

O motivo que levou a escolha da revista Nova Escola, como material de análise, se deu pela investigação das principais revistas que estão presentes nas escolas. Levantando-se algumas opções, decidiu-se por trabalhar com o periódico levando em consideração que a mesma é disponibilizada a todas as escolas do país pelo PNBE, desenvolvido desde 1997 pelo MEC, com o objetivo principal de promover o acesso à cultura e o incentivo à leitura aos alunos e professores, a partir da disponibilização de materiais diversos, dentre eles periódicos. Além disso, o fato da revista Nova Escola ser descrita como uma das revistas pedagógicas mais conhecidas no Brasil, pela sua tiragem e número de leitores também foi uma influência significativa.

Com relação a escolha pelas datas (de 2004 a 2013), justifica-se pelo fato das mesmas estarem diretamente ligadas a um período fundamental de aprovação e implementação da Lei nº 11.274, sancionada em 6 de fevereiro de 2006, que dispõe sobre a ampliação do Ensino Fundamental no Brasil de oito anos para nove anos, como podemos melhor visualizar no quadro 3:

Quadro 3 – Relação das publicações analisadas da revista Nova Escola com os processos de implementação do Ensino Fundamental de Nove Anos

Publicações da revista Nova Escola	Processo de implementação do Ensino Fundamental de Nove Anos
2004 – 2006	- Período anterior à ampliação do Ensino Fundamental de Nove Anos; - Sua ampliação já havia sido descrita como meta da educação nacional a partir da Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001; - A inserção de crianças de seis anos de idade no Ensino Fundamental foi aprovada pela Lei nº 11.114, de 16 de maio de 2005.
2006 – 2010	- Prazo para implementação do Ensino Fundamental de Nove Anos, pelos sistemas de educação.
2010 – 2013	- Período posterior ao prazo de implementação estipulado pelo Ministério da Educação (MEC); - Completa-se a década selecionada de publicações da revista Nova Escola.

Fonte: Elaborado pela autora.

As publicações da revista Nova Escola acima citadas constituíram o corpus documental desta pesquisa, que segundo Bardin (2010, p. 122) “é o conjunto de documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos”.

Sobre os objetivos da análise documental, Bardin (2010, p.47) destaca que “enquanto tratamento da informação contida nos documentos acumulados, a análise documental tem por objetivo dar forma conveniente e representar de outro modo essa informação, por intermédio de procedimentos de transformação”, dessa maneira, trata-se de esmiuçar, estudar, tratar as informações contidas nesses documentos, tendo em vista uma melhor compreensão acerca de seu conteúdo. Os documentos para análise podem variar bastante, Ludke e André (1986, p. 38) apontam que estes documentos “incluem desde leis e regulamentos, normas, pareceres, cartas, memorandos, diários pessoais, autobiografias, jornais, **revistas**¹⁶, discursos, roteiros de programas de rádio e televisão até livros, estatísticas e arquivos escolares.”

Para o tratamento dos dados coletados, utilizou-se a análise de conteúdo, que segundo Laurence Bardin designa

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (BARDIN, 2010, p.44)

¹⁶ Grifo nosso.

Levando em conta as abordagens de Bardin (2010) em sua obra, a análise desenvolvida nesta pesquisa se organizou a partir de três etapas bem delineadas: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

A pré-análise caracteriza-se como uma fase de organização, onde será escolhido o material a ser analisado recorrendo aos objetivos e hipóteses levantados anteriormente. Neste momento desenvolveu-se uma leitura flutuante das cem edições da revista Nova Escola, buscando reportagens e matérias que tratassem da temática abordada pela pesquisa. Num primeiro momento optou-se pela elaboração de uma pesquisa que envolvesse o Ensino Fundamental de Nove Anos relacionado especificamente a alfabetização, sendo assim, nesse momento houve a marcação das revistas tanto no que se relacionava a alfabetização, quanto ao Ensino Fundamental de Nove Anos.

O segundo momento é o da exploração do material, onde ocorre a leitura minuciosa do material selecionado anteriormente e a escolha e separação dos mesmos. Nesta fase, ocorreu um momento muito importante para o andamento da presente pesquisa, onde a partir do que havia sido selecionado, optou-se pela exclusão das reportagens sobre alfabetização para análise, entendendo que este viés pode ser explorado em outro trabalho. Sendo assim, a pesquisa passou a tomar um novo caminho: o de analisar as reportagens da revista tendo em vista a compreensão e análise das abordagens que a mesma executou no período sobre a política pública aprovada e implementada. Foi desenvolvida ainda nessa fase a categorização das reportagens, sendo que

Classificar elemento em categorias impõe a investigação do que cada um deles tem em comum com outros. O que vai permitir o seu agrupamento é a parte comum existente entre eles. É possível, contudo, que outros critérios insistam noutros aspectos de analogia, talvez modificando consideravelmente a repartição anterior. (BARDIN, 2010, p. 146)

A última etapa diz respeito à interpretação dos resultados quando ocorre uma análise esmiuçada, e que os resultados obtidos na fase de exploração são tratados, tendo em vista verificar a veracidade dos mesmos. Há nessa fase a exploração do referencial teórico utilizado no decorrer da pesquisa.

Como dito, foram analisadas as publicações da revista Nova Escola no que diz respeito às abordagens onde há presença da temática do Ensino Fundamental de Nove Anos do período de 2004 a 2013. Apesar da crença inicial de que ocorressem inúmeras abordagens acerca do tema, já que o período analisado coincidia com todo o processo de execução da política pública, durante os dez anos de revista analisados foram encontradas apenas 20

publicações nas diversas seções do periódico que abordam a temática, estas podem ser visualizadas pelo quadro abaixo:

Quadro 4 – Distribuição das reportagens analisadas

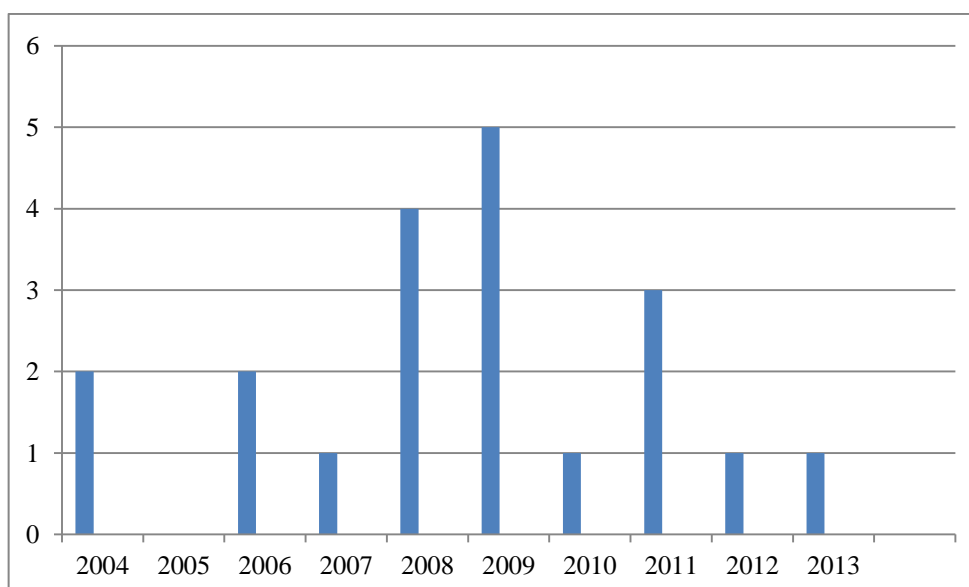
Ano	Número de abordagens	Seções	Títulos da reportagem
2004	2	Especial	Nove anos de escolaridade: um avanço para o Brasil
		Fala, Mestre!	Escola boa é aquela que todos aprendem/Entrevistada Guiomar Namó de Mello
2005	-	-	-
2006	2	Com a palavra	Duas vitórias da Educação - A aprovação do Fundeb pela Câmara e a lei que estabelece o Ensino Fundamental de Nove Anos são passos importantes para a construção de uma escola com mais qualidade – e para todos.
		Reportagem de Capa	Trabalho de todos e de cada um – cooperação, diálogo, reflexão e uso racional do tempo são algumas das pistas para organizar uma jornada pedagógica consequente
2007	1	Reportagem de Capa	O direito de aprender – ao garantir, por lei, que todas as crianças frequentem a escola a partir dos 6 anos de idade, o Brasil avança no sentido de oferecer um futuro melhor para as novas gerações
2008	4	Caixa Postal	(Comentário sobre a reportagem de capa, cujo título foi apresentado acima)/Por Pollyana Zwetsch
			(Comentário sobre a reportagem de capa, cujo título foi apresentado acima)/Por Juliana Pimenta
			(Comentário sobre a reportagem de capa, cujo título foi apresentado acima)/Por Rossiline L. F. Lima
		Na dúvida?	Aos 6 anos, as crianças devem ser alfabetizadas ou só brincar na escola?/Por Damares Santanna de Paula
2009	5	Reportagem de Capa	Prepare-se! Um novo aluno está chegando – Em 2010, a entrada das crianças de 6 anos no 1º ano vai mexer com as escolas. Confira, neste guia, como ensinar os conteúdos a elas sem passar por cima da infância
		Caixa Postal	(Comentário sobre a reportagem de capa, cujo título foi apresentado acima)/Por Simone Maciel
			(Comentário sobre a reportagem de capa, cujo título foi apresentado acima)/Por Ana M. C. Gonçalves

			(Comentário sobre a reportagem de capa, cujo título foi apresentado acima)/Por Lucilene C. Macedo
			(Comentário sobre a reportagem de capa, cujo título foi apresentado acima)/Por Beatriz A. Reis
2010	1	Especial	Ainda não encaixou – As metas do atual Plano Nacional de Educação estão longe de ser cumpridas. Confira os resultados e o que esperar da nova versão, que nasce neste mês
2011	3	Nota	Boa notícia – Nove anos em 100% da rede
		Especial	Acertar o passo. Já – Melhoramos os índices de Educação, mas ainda estamos longe de atingir um patamar ideal
		Heloísa responde	É correto antecipar conteúdos do Ensino Fundamental a crianças que estão na pré-escola?/Por Gabriella Fraindenshar
2012	1	Pesquisa	Transição delicada – Estudo identifica dificuldades das crianças na passagem da pré-escola para o 1º ano
2013	1	Fala, mestre!	“Os pequenos nos dizem muito sobre a sociedade”/Entrevistado Manuel Sarmento

Fonte: Elaborado pela autora.

A partir do Gráfico 1, apresentado abaixo, podemos ter uma melhor visão quantitativa acerca da relação das publicação referentes ao Ensino Fundamental de Nove Anos com os anos de publicação da revista Nova Escola.

Gráfico 1 – Relação entre número de publicações referentes ao Ensino Fundamental e os anos de publicação analisados.



Fonte: Elaborado pela autora.

O principal enfoque dado à análise relaciona-se as opiniões, concepções e preocupações que a revista Nova Escola expressa em relação ao tema em estudo. A partir das percepções os principais e mais recorrentes discursos que foram atrelados à política de ampliação do Ensino Fundamental produzidos pela revista, organizaram-se as cinco categorias de análise, assim denominadas: Avanço/Qualidade, Desafios, Oportunidade, Transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental e Planejamento.

A seguir, serão abordadas as principais discussões desenvolvidas no decorrer das publicações analisadas que fazem parte do *corpus* de análise deste trabalho.

5 A REVISTA NOVA ESCOLA E SUAS PERCEPÇÕES ACERCA DO ENSINO FUNDAMENTAL DE NOVE ANOS: ANÁLISE DE DADOS

A leitura das revistas que somaram uma década de publicações da Nova Escola permitiu que ao destacar as citações e trechos das reportagens que tratavam do Ensino Fundamental de Nove Anos, pudéssemos desenvolver a construção de um quadro de trabalho em que se aglutinaram termos que se assemelhavam. Esse processo de agrupamento por sentido, ou mesmo pelas atribuições da revista à nova política permitiram a identificação das categorias de análise nesta pesquisa. Dessa forma, segue abaixo a abordagem acerca das principais concepções expressas, pela Nova Escola, sobre a nova política de Ensino Fundamental.

5.1 AVANÇO/QUALIDADE

Ao desenvolver a leitura esmiuçada do material selecionado para análise, pode-se verificar que os textos referentes à ampliação do Ensino Fundamental de oito para nove anos estão fortemente atrelados a possíveis melhorias da qualidade educacional brasileira. Em suma, apenas um texto (Seção Fala, Mestre!) destaca a política de ampliação como um movimento negativo, que interfere no desenvolvimento infantil, interrompendo a infância com o processo de escolarização (adoção do ensino para aquisição adiantada da escrita, avaliação, individualização), tema que será abordado posteriormente.

A implementação do Ensino Fundamental de Nove Anos é aprovada pela revista e vista como uma forma de qualificar a educação, como podemos observar nos trechos destacados:

A aprovação do Fundeb pela Câmara e a lei que estabelece o Ensino Fundamental de nove anos são passos importantes para a construção de uma escola com mais qualidade – e para todos. (n. 190, mar 2006, p. 66)

Só há vantagens nessa medida. (n. 190, mar 2006, p. 66)

[...] não há dúvidas de que priorizar o Ensino Fundamental foi um acerto estratégico. O maior avanço é recente: a ampliação do segmento de oito para nove anos. (n. 239, jan/fev 2009, p.112)

[...] lei que tem tudo para melhorar sensivelmente a qualidade do ensino em nosso país: a de número 11274 [...] (n. 208, dez 2007, p.29)

Fica evidenciado que a qualidade é algo almejado e que a nova política apontará possibilidades de acompanhamento do desempenho dos estudantes, o que Gadotti (2010)

questiona é simplesmente “O que é qualidade?”, uma pergunta que parece-nos tão simples, mas que na realidade carrega um significado bastante expressivo. Segundo ele “na educação a qualidade está ligada diretamente ao bem viver de todas as nossas comunidades, a partir da comunidade escolar. A qualidade na educação não pode ser boa se a qualidade do professor, do aluno, da comunidade é ruim” (GADOTTI, 2010, p. 7) Sendo assim, não podemos dizer que a ampliação do Ensino Fundamental por si só representa a melhoria da qualidade da educação que desejamos, tendo em vista que para estas ocorrerem outros aspectos também devem ser considerados.

Dessa maneira, Gorni (2007), estudiosa que se preocupa com o estudo de Políticas Educacionais, bem como seu conhecimento, implementação e avaliação nas instituições educacionais, principalmente no âmbito da educação básica nas escolas públicas, aponta que a implementação do Ensino Fundamental de Nove Anos

[...] tanto pode significar uma tendência positiva de existência de um movimento de busca de aprimoramento do processo em desenvolvimento, quanto apenas à ocorrência de mais uma ação pontual de cunho político, com vistas a introduzir uma simples mudança estrutural, que pouco ou nada vai interferir na qualidade da educação ofertada neste nível de ensino. (GORNÍ, 2007, p. 69)

Se analisarmos a perspectiva da autora, o aprimoramento dos processos, tanto pode ocorrer a partir da inserção da política pública, e assim consequentemente a melhoria da educação, quanto a mudança pode apenas repercutir no âmbito estrutural, assim não permitindo a observação de grandes mudanças no que se refere à qualidade.

Quando tratamos de qualidade devemos levar em conta os vários olhares e as várias concepções em que o tema pode estar sendo abordado, afinal, cada um a partir de sua formação histórico-cultural é dotado de opiniões e ideias sobre o que significa qualidade.

Segundo o Dicionário Aurélio (2009, p 1667), qualidade significa “Propriedade, atributo ou condições das coisas ou das pessoas capaz de distingui-las das outras e de lhes determinar a natureza. Numa escala de valores [...] permite avaliar e, consequentemente, aprovar [...] ou recusar, qualquer coisa”. Podemos analisar, ainda, a percepção de qualidade do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), para qual esta “compreende o grau de atendimento (ou conformidade) de um produto, processo, serviço ou ainda um profissional a requisitos mínimos estabelecidos em normas ou regulamentos técnicos, ao menor custo possível para a sociedade”¹⁷. É possível visualizar nestas poucas

¹⁷ Citação disponível em: <<http://www.inmetro.gov.br/qualidade/>> Acesso em: 29 out 2014.

abordagens que o sentido de qualidade pode sofrer pequenas (ou grandes) alterações quando mudamos o objeto da análise: alterando-se o foco de atendimento e de abrangência de um determinado setor de atendimento, altera-se também suas concepções sobre a qualidade.

Em educação não há muita diferença. Entre os vários pesquisadores e estudiosos que se preocupam com a educação existem várias concepções de qualidade, como podemos visualizar nos próximos parágrafos.

Para Gadotti (2010), qualidade, em uma definição mais ampla, significa melhorar a vida das pessoas e assim dizendo, de todas as pessoas. Nesse sentido, em educação, qualidade se reportaria a melhorias que viessem a beneficiar e melhorar a vida de todas as pessoas que estão envolvidas no ato educativo. Porém, ainda existem outras concepções e compreensões que merecem destaque, do que viria a ser qualidade.

Cury (2010), ao tratar da qualidade, descreve que sua definição é bastante complexa. Para o autor a qualidade supõe certa quantidade capaz de ser medida, avaliada, na qual residiria um modo de que ela fosse de tal forma distinta que ela se veja enriquecida ao ponto de apresentar uma grande elevação agregando, dessa forma, valor àquilo que a ampara. De acordo com suas palavras “A qualidade é, assim, um modo de ser que afeta a educação como um todo envolvendo sua estrutura, seu desenvolvimento, seu contexto e o nosso modo de conhecê-la” (CURY, 2010, p. 17).

Segundo Demo (1990), qualidade e quantidade são duas faces que não podem ser separadas em educação. O autor destaca ainda, duas dimensões da qualidade, a formal e a política. Qualidade formal estaria diretamente ligada à competência de produzir e aplicar instrumentos, tecnologias, métodos e ciências. Já a qualidade política refere-se a competência de projetar e realizar conteúdos históricos (sociedades) mais toleráveis (desejáveis). O autor destaca ainda que essas duas dimensões estão fortemente relacionadas, e sendo assim nunca estarão separadas.

Como podemos perceber o termo qualidade, e aqui especificadamente a qualidade em educação, pode ser visualizada e analisada de diferentes maneiras de acordo com quem a avalia. Ao tratar da ampliação do Ensino Fundamental de oito para nove anos, a revista Nova Escola versa sobre o aspecto da melhoria da qualidade que a política estaria possibilitando. Porém, julga-se pertinente desenvolver um enfoque sobre quais as concepções de qualidade são perceptíveis na revista nas reportagens delimitadas como *corpus* de trabalho. Para tanto, tendo em vista uma melhor compreensão acerca do que seria a qualidade nestas reportagens faremos uma breve abordagem sobre os principais sentidos dados a qualidade pela Nova Escola.

a) Qualidade como o aumento da permanência dos estudantes na escola:

Ao apontar o simples aumento do tempo em que o estudante está na escola como um dos fatores do aumento da qualidade, a revista assinala que esta já é uma tendência internacional e que o fato de permanecer por mais tempo na escola influencia no desempenho desses alunos que já estão, em outros países, frequentando a escola por mais tempo. Defendemos, que o simples fato de estar inserido na escola por mais um ano, não gera a mudança na qualidade da educação, já que para isso ocorrer, devem haver mudanças estruturais e pedagógicas no âmbito escolar.

Outro ponto que está diretamente ligado à permanência estendida dos alunos na escola, diz respeito ao maior tempo para que ocorra a alfabetização. De fato esse “maior tempo” para a aquisição da leitura e da escrita contribui, e muito para que haja a alfabetização se for utilizado de forma proficiente, porém deve-se tomar cuidado, pois se trata de crianças de seis anos, advindas da educação infantil, nível da educação básica dotado de conteúdos, porém abordados de maneira lúdica e sem os macetes da escolarização. O rompimento brusco que vem ocorrendo entre dois níveis de ensino (Educação Infantil e Ensino Fundamental) pode gerar possíveis consequências não favoráveis à aprendizagem dessas crianças.

b) Qualidade como melhor aproveitamento:

Se a ampliação de um ano do Ensino Fundamental gerar um melhor aproveitamento na escola, e este seja repleto de processos significativos de ensino e de aprendizagem, podemos dizer que essa ampliação foi uma política válida. Nesse sentido, percebe-se que a Nova Escola caracteriza em seus textos o aproveitamento como um fator melhorador da educação. Quando a revista aponta que “melhorar a qualidade do ensino e ampliar ainda mais o tempo de permanência na escola, de forma a obter melhor aproveitamento e reduzir as taxas de repetência, é fundamental” (NOVA ESCOLA, 2006, p. 66), compreende-se o aproveitamento como a aprendizagem ocorrida durante o processo, o que reduz a reprovação e até os índices de evasão.

c) Qualidade como organização de tempo e espaços:

Este item conecta-se perfeitamente com o anterior. Ao tratarmos do eficiente aproveitamento (no sentido de aprendizagens) da educação, devemos estar convictos de que organizar e aproveitar o tempo, bem como os espaços é fundamental para que a boa educação ocorra. Em diversos momentos a revista Nova Escola menciona que a organização do tempo e do espaço é fundamental na implementação do novo Ensino Fundamental.

Em um *manual*¹⁸ construído pela própria revista, que foi inclusive a capa da edição com título “Guia do Ensino Fundamental de 9 anos” (nº 225), ilustra-se o ideal de uma sala de aula para as turmas de primeiro ano do Ensino Fundamental de Nove Anos de acordo com a Nova Escola. Segundo a linha editorial a elaboração desse guia visou ajudar as escolas a se adaptar indicando as mudanças a introduzir no currículo, na rotina e no ambiente escolar.

Quanto ao currículo, são apresentados os objetivos de cada fase dos Anos Iniciais para cada disciplina, bem como, sugestões de atividades e as formas de avaliação ideais (que geralmente são observação, análise e registro). Já na organização de tempos e espaços, a revista nos exhibe um “infográfico”, como explicita a própria reportagem, há a imagem e a descrição do que e como devem estar organizados os materiais da sala de aula. Descrevem como devem ser os momentos de leitura, o canto das brincadeiras, as informações e trabalhos nas paredes, o mobiliário adequado, o tempo ideal de recreio (que segundo a revista deve ser de 30 minutos), a prática bem organizada (no desenho aparece o quadro negro com a descrição das atividades do dia), bem como, a responsabilidade do professor em incentivar observação e a pesquisa.

A (re) organização dos espaços se dá pelo fato de termos mais uma turma, de seis anos, inserida na escola, exigindo um arranjo de tempos e de espaço, que ocorreriam também pelo acréscimo de alunos ou turmas, independente do segmento possuir 8 ou 9 anos de duração. Quem acompanha os processos escolares sabe que cotidianamente o tempo deve ser organizado para que este seja bem aproveitado, promovendo assim aprendizagens significativas aos estudantes.

d) Qualidade como atendimento as classes mais pobres:

A revista Nova Escola aponta para a melhoria da qualidade no sentido de atender as classes mais pobres. De acordo com o periódico o acesso a escrita e leitura já ocorria para as crianças de seis anos de classe média a alta, e somente a classe baixa não era atendida, o que provocava uma disparidade no momento em que ambas entravam na sala de aula da primeira série. Outro ponto referente ao atendimento às crianças mais carentes (o periódico não explicita claramente suas concepções de carência, porém nas entrelinhas podemos analisar como a criança mal alimentada, sem instrução para higiene, cuidados básicos de saúde, dentre outros), diz respeito à possibilidade delas estarem mais bem alimentadas, uma vez que na escola é disponibilizada a merenda escolar.

¹⁸ Grifo nosso.

Podemos visualizar a partir desta abordagem que ao tratar da qualidade da educação, a revista Nova Escola compreende-a de várias maneiras, ou a partir de vários pontos. Dessa forma, buscou-se desenvolver uma análise das leituras enfatizando apenas as possíveis e mais perceptíveis concepções de qualidade que a revista apresenta. Essas seriam possíveis consequências da ampliação do Ensino Fundamental que a revista abrange em suas publicações, que segundo ela qualificam a educação.

Um ponto importante de destacar sobre as publicações da revista sobre o Ensino Fundamental de Nove Anos, diz respeito ao fato de não ocorrerem abordagens consideráveis no periódico que relacionem a qualidade às taxas do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que é o principal indicador da qualidade da educação brasileira. Nesse sentido, entramos em uma questão bastante complexa referente as intenções da revista em não ancorar-se no indicativo para defender sua visão acerca da política de ampliação, que é considerada por ela um avanço para a qualidade da educação brasileira.

Contudo, para garantir a qualidade na educação há muito ainda a ser feito. Como nos aponta os próprios documentos de orientação do governo “[...] um novo Ensino Fundamental requer um currículo novo” (BRASIL, 2009, p.14). De nada adianta ampliar a permanência da criança na escola se mantiverem-se os mesmos modelos educacionais.

Nesse sentido, ainda são muitos os desafios a serem vencidos para que tenhamos a certeza de que a nova política melhorou a qualidade da educação no país. E mesmo, falta-nos muito à compreensão para definir de fato o que é a qualidade de que tanto falamos e almejamos.

5.2 DESAFIOS

Apesar de, praticamente, em todos os momentos descrever a nova política como geradora do aumento da qualidade na educação, a revista apresenta ainda em alguns textos, desafios que podem ser atrelados à educação e a nova política de ampliação do Ensino Fundamental.

Quando o discurso de Guiomar Mello, apresentada entre outras atribuições como diretora-executiva da Fundação Victor Civita, na seção *Fala, Mestre!* sobre a educação no país é explicitado, abre-se margem para uma discussão bastante pertinente. Segundo a entrevistada “Não adianta manter as crianças por mais tempo na escola se o que ela oferecer continuar a não ter qualidade.” (n. 173, jun/jul 2004, p. 28), o que desmistifica a ideia da própria revista, que em alguns momentos dá a entender que o simples aumento do tempo na

escola, já melhora a qualidade da educação. A autora questiona ainda sobre como promover aprendizagens significativas que venham a permitir a permanência do aluno na escola, pelos 11 anos (com a ampliação do Ensino Fundamental passaram a ser 12 anos) de escolarização, bem como se a ampliação é válida somando-se baixos salários dos professores, falta de infraestrutura, entre outros.

A própria autora, porém, apresenta em outros momentos ideias um tanto contraditórias. Nesta mesma reportagem apresenta a necessidade de uma formação inicial e continuada que permita e possibilite que estes tenham os conhecimentos necessários para ministrar boas aulas. Já em um trecho de seu livro denominado “Educação escolar brasileira: O que trouxemos do século XX?” em pequeno, mas significativo item a autora descreve que deve-se dar

sustentação política as iniciativas que busquem aproveitar os recursos humanos existentes na sociedade para enriquecer o processo de ensino e aprendizagem, superando os requisitos categoriais para o exercício da tarefa de ensinar e resgatando a ideia de que o professor é quem sabe e sabe como transmitir seu saber, e não necessariamente quem tem um diploma formal. (MELLO, 2004, p.31)

Podemos concordar que a valorização dos recursos humanos existentes na sociedade é algo bastante positivo, mas afirmar que o professor não é necessariamente quem possui um diploma formal é realmente ridicularizar a formação que os educadores estão tendo, descartando a necessidade e a importância do conhecimento científico para fazer educação.

Quanto às questões e indagações que colocam em dúvida se realmente a ampliação do tempo de Ensino Fundamental por si só, permite a melhoria da qualidade da educação, é pertinente retornar a ideia proposta por Gadotti (2010), que sugere que, na educação, a qualidade está ligada ao bem viver de todas as nossas comunidades, podemos compreender as comunidades como a classe dos professores, da gestão, das famílias e inclusive do alunado. Nesse sentido, o aumento do tempo de escola básica é apenas o início de um processo de mudanças muito intenso, tendo em vista a melhoria da qualidade do ensino, compreendendo a qualidade como o bem viver de todos os envolvidos no âmbito educacional brasileiro.

O atendimento que possibilite uma aprendizagem eficiente é tratado como um dos principais desafios enfrentados a partir da nova política, pela revista Nova Escola. Julga-se que este sempre foi um desafio em nossas escolas, principalmente nas primeiras séries do Ensino Fundamental. Para a revista

o ingresso precoce na 1ª série, aos 6 anos, terá que ser uma oportunidade para dar mais tempo e chance aos alunos para vencerem as etapas necessárias para aprender a ler e a escrever. Se isso não ocorrer, estaremos apenas inchando as nossas tristes taxas de fracasso escolar. (NOVA ESCOLA, 2004, encarte)

Ao afirmar que o ingresso precoce das crianças na 1ª série “terá que ser” uma oportunidade de mais tempo para aprendizagem, podemos observar que o desafio está posto. Se o ingresso das crianças precocemente, aos seis anos de idade, na escola, não possibilitar que a criança tenha o tempo e as chances necessárias para ler e escrever podemos compreender pelo discurso da revista, que os objetivos da ampliação do Ensino Fundamental de Nove Anos não foram atingidos.

Ao tratar das visões da revista sobre a qualidade, elencamos alguns pontos e fatores que estariam diretamente ligados às concepções de qualidade na Nova Escola. Um desses pontos seria o melhor aproveitamento, e é nesse aspecto que devemos evidenciar essa “possibilidade de tempo e chances” como uma permissão para que um bom aproveitamento ocorra e que aconteça de fato a aprendizagem proficiente. Parece-nos que isso possibilitaria melhorias à qualidade da educação no âmbito escolar reduzindo a evasão, as taxas de analfabetismo funcional, bem como a repetência.

Sendo assim, compreendemos que ao apontar os desafios acerca da nova política, apesar de nunca questionar sobre a melhoria da qualidade educacional que esta possibilitou, a revista demonstra que ainda temos muito que avançar rumo a esta qualidade, o que nos parece uma crítica de forma omissa acerca da real situação educacional brasileira. Mesmo que, no caso das reportagens sobre o Ensino Fundamental, a revista não abarque questões de maior relevância que se compreenda como a efetiva mudança na qualidade, a partir de nossas análises, ela deixa certa dúvida sobre a relação imediata de melhoria da qualidade com a ampliação do Ensino Fundamental, nas entrelinhas de seus textos. De acordo com nossas concepções (e temos certeza disso) se ainda temos desafios a serem enfrentados, temos também muito que melhorar no que diz respeito à educação.

5.3 OPORTUNIDADE

Além das matérias selecionadas para análise abordarem a ampliação do Ensino Fundamental apontando-a como um avanço para qualidade da educação nacional, bem como descrever a necessidade de vencer alguns desafios, a mesma descreve a nova política como uma oportunidade. Aqui, pode-se destacar com mais amplitude dois pontos perceptíveis,

abordados pela revista. O primeiro ponto diz respeito à oportunidade para os alunos de estar mais tempo na escola e, portanto ter mais tempo para aprender. E um segundo ponto, que a nova política oportunizaria as classes mais pobres de estar um ano antes na escola. Vale ressaltar que essa ordem foi organizada sem levar em consideração a relevância ou mesmo frequência com que os dois pontos aparecem nas reportagens, mas sim como uma forma de organização textual.

Ao tratar da oportunidade que os alunos têm de estar por mais tempo na escola e assim ter mais tempo para aprender, a revista menciona que “[...] com a garantia do ingresso na escola aos 6 anos, as chances de que as crianças cheguem aos 7 anos ou 8 anos sabendo ler e escrever são maiores do que antes” (NOVA ESCOLA, 2010, p. 77). E realmente essa foi uma das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) elaborado em 1996 para vigorar de 2001 a 2010, mais precisamente na Meta 5 que era de alfabetizar todas as crianças até os oito anos de idade. Agora, com o novo PNE que irá vigorar de 2014 a 2024, a meta será de alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do Ensino Fundamental, o que ao se tratar de faixa etária não altera a meta (até os 8 anos alfabetizado).

É nesse aspecto também, que a ampliação do Ensino Fundamental, com o acréscimo de um ano em seu início, visa contribuir para que isso ocorra: as escolas, os professores possuem agora mais um ano para que as crianças sejam alfabetizadas. De acordo com os documentos do MEC

Implantar progressivamente o ensino fundamental com nove anos, pela inclusão das crianças de seis anos de idade, com a intenção de oferecer maiores oportunidades de aprendizagem no período da escolarização obrigatória e assegurar que, ingressando mais cedo no sistema de ensino, as crianças prossigam nos estudos, alcançando maior nível de escolaridade. (BRASIL, 2001, p. 20)

Dessa forma, podemos verificar que a intenção explícita do MEC em aumentar um ano de Ensino Fundamental é a promoção de oportunidades de aprendizagem aos estudantes, bem como a continuação dos estudos por mais tempo.

Quando trata da oportunidade de que as classes mais pobres estejam um ano antes na escola, a revista destaca a partir da fala de Patrícia Corsino que ““apenas os filhos das classes mais pobres não estudavam aos 6 anos”” (NOVA ESCOLA, 2006, p.66). Em outros momentos ainda são apontados esses aspectos, como podemos visualizar pelos trechos abaixo destacados:

A mudança fortalece a alfabetização e a escolarização das classes mais pobres (antes, muitas crianças de 6 anos estavam longe das aulas.). (n. 240, mar 2011, p. 33)

Chegar a escola um ano antes significa, para alunos que vem de classes menos favorecidas, alimentar-se melhor, adquirir hábitos de higiene mais adequados e acima de tudo, ter contato mais cedo com ambiente de leitura e escrita, favorecendo assim a dinâmica de alfabetização. (n. 190, mar 2006, p. 66)¹⁹

Como percebemos, a partir da escrita, podemos tomar, primeiramente, a ampliação como uma forma de “saneamento básico”, já que permite uma melhor alimentação, por um período maior, bem como a instrução para higiene pessoal. Outro ponto diz respeito a uma busca por justiça social, na medida em que com a nova lei crianças de seis anos das classes pobres possuem as chances de estar inseridas na escola, fato que vinha ocorrendo para crianças de classes mais privilegiadas, por opção. Nesse aspecto, Saveli nos escreve que

Não basta dizer que todos, sem qualquer exceção, têm o mesmo direito de ir à escola, é necessário também que tenham a mesma possibilidade. O acesso à educação obrigatória mais cedo se constitui em um instrumento de luta política onde todas as crianças, inclusive as das classes populares, podem usufruir da igualdade de oportunidades. (SAVELI, 2008, p.4)

De certo modo, a constatação promulgada pela Nova Escola sobre a ampliação do Ensino Fundamental para nove anos entra em sintonia com o discurso da possibilidade de igualdade. Deve-se concordar que com o acréscimo de um ano no Ensino Fundamental as crianças de classes desfavorecidas estão em maior número frequentando a escola, o que é uma garantia a um direito social de igualdade de oportunidade. O que vem sendo foco de grande debate é a forma como a infância vem sendo tratada após a ampliação do Ensino Fundamental de Nove Anos. Dessa maneira, o próximo subtítulo é dedicado às abordagens da Nova Escola sobre a transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental, bem como quais as concepções de infância estão envolvidas nesse processo.

5.4 TRANSIÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

É certo que a política de ampliação do Ensino Fundamental foi um grande passo para a promoção de igualdade de oportunidade à crianças pobres que estavam a margem de frequentarem desde os seis anos a escola, porém o aumento de um ano no início da escolarização, inserindo a criança de seis anos no Ensino Fundamental acarretou debates importantes sobre as concepções de infância e as consequências da nova política sobre ela. O

¹⁹ Texto escrito por Claudia Costin, na seção *Com a Palavra*.

que podemos perceber no decorrer das análises das reportagens é que muitas abordagens são referentes a transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental, porém poucos textos discutem sobre o papel da infância e a precoce escolarização dessas crianças.

Desenvolvendo uma leitura meticulosa de todas as matérias selecionadas, foi possível perceber que existe uma preocupação expressiva na Nova Escola quanto ao movimento de transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental que é apontada pela revista como uma passagem que “sempre foi traumática” (NOVA ESCOLA, 2007, p.31). Realmente essa é uma preocupação que vem sendo debatida pelos diversos estudiosos da infância e que gera muitas questões inclusive sobre o possível “término da infância”.

Para embasar esta análise foram selecionados alguns trechos das reportagens da revista Nova Escola nos quais podemos perceber a preocupação referente a transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental apresentada, os quais seguem abaixo:

O ambiente em que os pequenos vão estudar e as atividades propostas devem lembrar os momentos proporcionados nas aulas da Educação Infantil. (n. 225 , set 2009, p. 62)

A receita para receber bem a turma de 6 anos e levá-la a avançar na aprendizagem envolve um caminho híbrido entre o mundo do Ensino Fundamental e a prática da pré-escola. (n. 225, set 2009, p. 62)

Mesclar a experiência da Educação Infantil e garantir que todos tenham espaço para brincar, se divertir e se socializar (além de aprender) também é essencial. (n. 208, dez 2007, p.30)

Criar um diálogo produtivo entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental é um excelente caminho para definir as atividades que as crianças vão desenvolver no 1º ano e quais são as expectativas de aprendizagem que se tem em relação a elas: só assim todos avançam. (n. 208, dez 2007, p.33)

O que se visualiza pelos apontamentos é que uma forte preocupação é lançada sobre o tema. Porém lembramos que esse dilema não se iniciou a partir da aprovação da lei que amplia o Ensino Fundamental, encontra-se nos discursos dos estudiosos da infância quando tratam da escolarização. Nesse sentido, podemos observar pelos apontamentos desses profissionais que estudam a infância a necessidade de que haja uma mudança de metodologia bastante efetiva aos profissionais que trabalham com essas crianças na escola, o que necessariamente solicita o preparo e qualificação.

Podemos analisar que em alguns momentos a revista busca retratar a realidade, e por vezes consegue como podemos visualizar no trecho abaixo

Até novembro é permitido – e valorizado – correr, brincar, conversar e beber água quando dá vontade. Poucos meses depois, após o recesso escolar, a

situação é outra: a mesma criança precisa ficar sentada em sua carteira, em silêncio e trabalhar sozinha. Ir ao parque, só é permitido uma vez na semana. A descrição pode parecer insólita, mas esses fatos são bastante recorrentes na transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental. (n. 252, mai 2012, p. 98)

É neste ponto que entra um assunto bastante importante alusivo a inserção de crianças de seis anos no Ensino Fundamental, a questão da preservação da infância. Manuel Sarmiento, que possui experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia da Infância e atua nos temas referentes à infância, exclusão social, trabalho, educação e escola²⁰, ao ser questionado pela revista Nova Escola na seção *Fala, Mestre!* sobre as consequências da redução da idade de ingresso no Ensino Fundamental, a partir da lei que amplia o Ensino Fundamental de oito para nove anos, responde que

Os países com resultados educacionais satisfatórios investem em um modelo de Educação Infantil relativamente centrado nos processos de ensino e aprendizagem, tendo, ao mesmo tempo, uma preocupação verdadeira em respeitar a cultura infantil. Minha defesa é de que não deve haver uma escolarização precoce. Ou seja, aquela cujas políticas educativas passem a promover a adoção de práticas de ensino centradas na aquisição adiantada da cultura escrita, da avaliação, da individualização e da transmissão direcional. Quando isso acontece, corremos o risco de tornar o universo das crianças não significativo, não decorrente de um processo de subjetividade. Não é desenvolvido o gosto por comunicar, conhecer, pesquisar e descobrir. (SARMENTO, 2013, p.32)

A revista Nova Escola, no entanto, parece que é favorável a medida mesmo levando em consideração que a ruptura entre a Educação Infantil e Ensino Fundamental ocorra:

A crítica mais recorrente é de que isso representaria algo como ‘acabar’ com a infância. Mas são inúmeros os argumentos a favor da medida. Entre eles:

- Socialização desde cedo. [...]
- Nas regiões mais carentes [...] ganho de qualidade no que diz respeito à alimentação diária.
- Os filhos da classe média e alta se alfabetizam aos 6 anos [...] Por que, então, privar os da escola pública desse direito?
- [...] Cada ano a mais de escolaridade pode representar até 15% a mais de salário na vida adulta.
- [...] um ano a mais de estudos tem tudo para proporcionar um ganho de qualidade na Educação de todos [...] (n. 208, dez 2007, p.29)

Parece-nos que a questão da infância não é tomada como um ponto de discussão forte na revista Nova Escola, é focada, sim, na questão de que essa transição pode ser traumática para a criança mas, no entanto, a questão das práticas pedagógicas que interrompem o processo imaginativo, lúdico e sociável próprio da infância não é tomado como foco de

²⁰ Disponível em:

<<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?metodo=apresentar&id=K4777859J0>> Acesso em: 31 out 2014

preocupação e de ponderações. Sobre isso, Esméria Saveli, Doutora em Educação que possui como linha de pesquisa: História e Política Educacionais, desenvolvendo e orientando pesquisas sobre políticas educacionais e sua materialidade nas práticas cotidianas²¹, nos escreve sobre o tema, destacando a diferença na forma de tratamento dado aos matriculados na Educação Infantil, que são crianças, e do Ensino Fundamental, chamados de alunos

[...] para muitos a educação infantil e o ensino fundamental têm sido considerados como coisas diferentes em que na educação infantil encontramos crianças e no ensino fundamental encontramos alunos. É necessária uma articulação entre a educação infantil e o ensino fundamental. A medida de incluir as crianças de seis anos no ensino fundamental requer essa articulação, pois essas crianças não deixaram de ser crianças para tornarem-se apenas alunos. Elas continuam sendo crianças de seis anos, apenas foram incluídas na escolaridade obrigatória, ou seja, agora elas têm o direito garantido de estarem na escola. (SAVELI; MACHADO, 2008, p. 296)

Acredita-se que a inserção das crianças de seis anos no Ensino Fundamental tem suas vantagens já que permite maior tempo à criança para aprender, bem como possibilita o acesso de crianças que estavam excluídas da escola. Porém, ao mesmo tempo, julga-se que deve ocorrer uma preocupação expressiva sobre o tratamento a ser dado a essas crianças, visto que acima de qualquer coisa elas são crianças.

Como já foi dito anteriormente, em alguns momentos a revista Nova Escola parece conter as respostas para os problemas e impasses da educação. Na publicação de número 225 (NOVA ESCOLA, 2009, p. 56), é anunciado “Confira, neste guia, como ensinar os conteúdos a elas sem passar por cima da infância”, nesse trecho “elas” seriam as crianças de seis anos. No artigo a revista apresenta como deve se organizar uma sala de aula para crianças do primeiro ano e quais os objetivos e conteúdos a serem trabalhados nos cinco anos do Ensino Fundamental. A mesma aponta que para as crianças de 1º ano, brincar é um direito, mas que a alfabetização não deve ser deixada de lado, que é necessária uma “roupagem certa”, e é nesse aspecto que podemos destacar a grande responsabilidade que a revista passa ao professor como se ele, e somente ele, devesse se esforçar para que dê certo, e se não der consequentemente o culpado também será ele.

O discurso revelado na revista realmente é muito belo, a projeção de uma sala de aula espaçosa com todos os mobiliários adequados e ateliê de artes. Mas, questionamos como podemos torná-lo realidade? O que nos toca é que a mudança não depende apenas da vontade de alguns, deve existir a alteração de um sistema inteiro. Devemos considerar que as

²¹ Disponível em: < <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4777630P6> > Acesso em: 31 out 2014

condições do ensino no país são variadas, nem todos possuem acesso a utilização de um ateliê de artes, por exemplo.

Quando tratamos da questão da infância e do brincar, a revista Nova Escola sugere um fracionamento de tempo para cada atividade, por exemplo que meia hora por dia seja destinada a alfabetização. O que nos parece é que essa organização por partes (fracionamento) torna o ensino desfragmentado e sem significação para a criança. A escolarização busca a abstração quando não permite por exemplo que uma criança utilize os dedos para contar, porém quando falamos de crianças devemos compreender que a ludicidade, o aprender com dinamicidade não é um aprender menos importante.

Quando falamos de crianças devemos levar em conta seu imaginário, sua curiosidade e aproveitá-las para promover situações de efetiva aprendizagem, transformando assim o ensino e a aprendizagem significativos.

5.5 PLANEJAMENTO

Os textos relacionados à temática do Ensino Fundamental de Nove Anos, abordam constantemente o planejamento como ponto crucial para a sua implementação. Essa preocupação é reconhecida, pois toda mudança que traga fortes consequências ao ensino, deve ser minuciosamente planejada e discutida. O planejamento contemplar desde questões pedagógicas e estruturais.

Na revista Nova Escola, muito corriqueiramente, aparecem reportagens sobre a temática, abordagens sobre a importância do planejamento. Alguns trechos mais pertinentes podem ser destacados abaixo:

Isso impacta [a nova política] diretamente o projeto pedagógico da escola, a estrutura do currículo, a alocação de tempo e de espaço de aprendizagem. (n. 176, out 2004, encarte)

É obvio que não dá para colocar as crianças aos 6 anos na escola e querer que elas façam exatamente as mesmas coisas que sempre foram exigidas das de 7 anos. [...] Isso envolve questões de ordem pedagógica (revisão de currículo, formação de professores, reformulação dos espaços físicos e adaptação do sistema de avaliação) e também administrativa (contratação de pessoal para atender a essa 'massa' nova de alunos, definição de nomenclatura e regras para saber com que idade exatamente, as crianças podem ser matriculadas). (n. 208, dez 2007, p.30)

Muita gente acha que o Ensino Fundamental de 9 anos nada mais é que uma mudança de nomenclatura. Planejamento é a palavra de ordem! [Por Simone Maciel (leitora)] (n. 226, out 2009, p. 12)

Um bom trabalho de planejamento permanente, com avaliações sistemáticas, é a melhor maneira de fazer a implementação de novo sistema em cada escola (n. 198, dez 2006, p. 34)

Como podemos visualizar, não somente na escrita da própria revista, mas também no discurso dos próprios leitores, a preocupação com um planejamento é visível.

Acredita-se que o planejamento é uma necessidade da própria escola, que contribui na organização para o ano letivo, e também para o professor que possibilita a arranjo das aulas. Tanto em um nível macro (dos sistemas educacionais, escolas) como em nível micro (da sala de aula) o planejamento é indispensável. Como nos apontam os documentos oficiais do Ministério da Educação (2006, p.9)

Faz-se necessário elaborar uma nova proposta curricular coerente com as especificidades não só da criança de 6 anos, mas também das demais crianças de 7, 8, 9 e 10 anos, que constituem os cinco anos iniciais do ensino fundamental. Essa nova proposta curricular deve, também, estender-se aos anos finais dessa etapa de ensino.

Como consideramos anteriormente, a inserção da criança de seis anos no Ensino Fundamental provocou uma série de debates e questionamentos sobre como se deve lidar com a infância nesse período, e é nesse sentido que, em partes, o planejamento pode contribuir para o respeito às especificidades dessas crianças.

Na Nova Escola o planejamento aparece em duas dimensões: o planejamento estrutural e o planejamento curricular. No planejamento estrutural, como já foi dito, a revista apresenta um “modelo” de sala de aula organizada para o atendimento as crianças de seis anos, porém sabemos que essas alterações devem ocorrer na escola como um todo, desde refeitórios até banheiros devem ser pensados para o recebimento dessas crianças. Quanto ao currículo, a Nova Escola destaca que “A matriz curricular deve focar o ensino dos conteúdos das diversas disciplinas ao mesmo tempo em que preserva a infância” (NOVA ESCOLA, 2009, p. 58). A revista usa como exemplo a rede municipal de ensino de Rio Branco no Acre que, segundo o periódico, realizou o planejamento em conjunto com os professores para organização do currículo. Segundo a revista a organização do currículo deve dar-se a partir de alguns pontos, como traçar os objetivos, os conteúdos, as propostas de atividades e as formas de avaliação.

Parece-nos ao observar a proposta curricular do município citado, apresentado pela revista, que as atividade sugerem muito as questões de oralidade, com situações de comunicação, rodas de conversa, discussões, dentre outros, o que se julga muito importante para o período e inclusive para todos os níveis de ensino. Porém, em alguns momentos

aparecem atividades como ditado numérico, e nesse caso cabe ao professor compreender o significado desse ditado. Pode-se simplesmente ditar, corrigir e atribuir uma nota, mas também se pode dialogar e utilizar o ditado como uma forma de aprendizagem, essa compreensão é alterada pelas concepções que cada indivíduo professor possui de ensino e de aprendizagem.

Julga-se que a revista Nova Escola, apesar de alguns aspectos já apresentados, desenvolve abordagens consideráveis sobre o planejamento. Apesar de vislumbrar em alguns momentos uma escola “ideal” (estruturalmente), apresenta o planejamento conjunto, que envolva os indivíduos diretamente ligados a mudança, o que de fato é uma boa forma de construir uma gestão democrática.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aprovação e implementação do Ensino Fundamental de Nove Anos foi uma política pública que gerou alterações profundas nos sistemas educativos brasileiros, o que repercutiu na mídia de forma geral. Esta por sua vez, busca além de informar, utilizar suas abordagens como forma de difundir suas próprias concepções. Quando trabalhamos com temas relevantes para a educação, que geram movimentação em todo um sistema nacional, faz-se importante uma discussão acerca de como as informações estão chegando à escola, para os educadores, a partir de ferramentas de circulação de informações de fácil acesso.

Nesse sentido, conhecer as abordagens de uma revista de forte aprovação pelos professores, tendo em vista seu tempo de publicação e tiragem de exemplares, quanto a um tema atual e polêmico, analisando as propostas da mesma, bem como suas possíveis concepções sobre a temática, possibilitou a percepção acerca das potencialidades dessas publicações impressas segmentadas para a difusão de ideias em educação.

Por meio desta pesquisa documental tivemos a oportunidade de observar como as informações a respeito do Ensino Fundamental de Nove Anos são disponibilizadas aos professores, por intermédio de programas governamentais, o que justifica o fato de, não haverem na revista, observações que tratem a nova política como negativa ou que coloquem em questão a sua eficiência.

Após, nos debruçarmos sobre materiais já escritos sobre a temática do Ensino Fundamental de Nove Anos, bem como sobre a influência que as revistas exercem na construção de concepções de seus leitores, procuramos averiguar quais as principais abordagens da revista Nova Escola quanto ao Ensino Fundamental de Nove Anos, sendo possível, a partir das análises das edições, organizar cinco categorias.

Na primeira, constatamos que em sua maioria as reportagens da revista tratam a ampliação do Ensino Fundamental como sinônimo de qualidade. E que esta qualidade almejada é considerada a partir de diversos fatores, como ampliação do tempo na escola, melhor aproveitamento, inserção de crianças pobres no sistema mais cedo, organização do tempo e espaço.

A segunda categoria diz respeito aos desafios atrelados a nova política pela Nova Escola, onde a mesma apresenta a inserção das crianças de seis anos no Ensino Fundamental como um dos principais desafios. Analisamos nesta categoria a possibilidade de o maior tempo de aprendizado possibilitar ou não uma efetiva aprendizagem aos estudantes.

As oportunidades apresentadas pelo periódico quanto à ampliação do Ensino Fundamental foi a terceira categoria que se aponto. Destacam-se duas como as principais: a oportunidade de ter mais tempo para aprender, o que de acordo com nossas concepções somente ocorrerá se de fato as propostas pedagógicas permitam que isso ocorra, e a oportunidade às crianças de classes mais pobres de estar na escola aos seis anos, o que realmente é um direito a igualdade conquistado, uma vez que as classes mais ricas possuíam esse acesso por opção familiar e financeira.

A quarta categoria aborda justamente as problemáticas referentes à infância e a transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental. O que se percebeu pela análise é que a revista apresenta expressiva preocupação referente a essa transição, porém não aborda questões referentes a infância que realmente promovam o senso crítico sobre essa possível perda da infância.

A quinta e última categoria diz respeito às abordagens feitas pela revista sobre o planejamento no Ensino Fundamental de Nove Anos, a mesma compreende como muito importante para o engajamento da nova política que o planejamento ocorra principalmente em dois eixos: estrutural e curricular. Apresenta alguns exemplos “modelos” a serem seguidos e aposta no planejamento coletivo.

Assim, em nosso entendimento, a construção dos sentidos dados pela revista Nova Escola à política de ampliação do Ensino Fundamental para nove anos, embasada na construção das categorias anteriormente sistematizadas, pode ser compreendida sempre como positiva. Em todo o discurso, o periódico busca dimensões que favorecem e justificam a aprovação da lei de Ensino Fundamental sem coloca-la em questão explicitamente em nenhum momento.

No percurso do estudo percebemos, portanto, que as revistas de cunho pedagógico, *corpus* de nossa análise, podem influenciar a partir de seu discurso as concepções de educadores que utilizem as mesmas como meio de informação. Seria consideravelmente importante o desenvolvimento de pesquisas de campo que busquem analisar a forma como esses materiais influenciam os professores em suas práticas, difundindo suas ideias e concepções.

Ainda assim, considerando que este é apenas um trabalho inicial, outros estudos possíveis acerca de revista pedagógicas, como é o caso da Nova Escola, quanto as suas publicações sobre novas políticas públicas e suas implicações e concepções podem ser analisadas e avaliadas, tendo em vista a compreensão acerca de como ocorrem suas influências no meio escolar.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2010.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2007. (Coleção Primeiros Passos, 20)

BRASIL. Constituição (1824) **Constituição Política do Império do Brasil**. Rio de Janeiro, 1824. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao24.htm>. Acesso em: 06 nov 2014.

_____. Constituição (1891) **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1891. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao91.htm>. Acesso em: 06 nov 2014.

_____. Constituição (1934) **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1934. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao34.htm>. Acesso em: 06 nov 2014.

_____. Constituição (1967) **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm>. Acesso em: 06 nov 2014.

_____. Constituição (1988) **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em 06: nov 2014.

_____. **Decreto-lei N° 872, de 15 de setembro de 1969**. Complementa disposições da Lei número 5.537, de 21 de novembro de 1968, e dá outras providências. Brasília: 1969.

_____. **Ensino Fundamental de nove anos: passo a passo do processo de implantação**. 2 ed. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica, 2009.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Plano Nacional de Educação**. Lei n.10.172/2001. Brasília: MEC/SEF, 2001.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Plano Nacional de Educação**. Lei n.10.172/2001. Brasília: MEC/SEF, 2014.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Ampliação do Ensino Fundamental para nove anos: 3º relatório do programa**. Secretaria de Educação Básica. Brasília: Ministério da Educação, 2006.

_____. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: nº 4024/61. Brasília : 1961.

_____. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: nº 5692/71. Brasília : 1971.

_____. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: nº 9394/96. Brasília : 1996.

_____. Senado Federal. **Lei 11.274, de 06 de fevereiro de 2006**. Dispõe sobre a duração de 9 (nove) anos para o Ensino Fundamental. Brasília: 2006.

_____. Senado Federal. **Lei 5.537, de 21 de novembro de 1968**. Cria o Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação e Pesquisa (INDEP), e dá outras providências. Brasília: 1968.

_____. Conselho Nacional de Educação. **Resolução N° 07 de 14 de dezembro de 2010**. Fixa diretrizes curriculares nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Brasília: 2010.

CIVITA, V. Carta do editor. **Nova Escola**, São Paulo, ano I, nº 01, p. 03. Mar/1986.

COSTIN, C. **Duas vitórias da Educação**. Nova Escola. Rio de Janeiro: Abril, ano XXI, n. 190, mar. 2006. p. 66.

CURY, C. R. J. **Qualidade em educação**. Nuances: estudos sobre Educação. Ano XVII, v. 17, n.18, p. 15-31, jan./dez. 2010.

DEMO, P. **Qualidade da educação**: tentativa de definir conceitos e critérios de avaliação. Estudos em Avaliação Educacional. São Paulo, n.2, p.11-26, jul./dez. 1990. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1187/1187.pdf>> Acesso em: 29 out 2014.

DOURADO, T. M. S. G. **Revistas em formatos digitais: modelos e novas práticas jornalísticas**. 158f. il. 2012. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/14009/1/Tatiana%20Maria%20Dourado.pdf> Acesso em: 14 out 2014.

FERREIRA, A. B. H. **Novo dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 4ª ed. Curitiba: Ed. Positivo, 2009.

FERNANDES, A.L. C. **Educação, ciência e progresso: a Revista Pedagógica e o "problema social" do Brasil no final do século XIX**. Revista Contemporânea de Educação, v. 1, n. 1, 2006. Disponível em: <http://www.revistacontemporanea.fe.ufrj.br/index.php/contemporanea/article/view/5>. Acesso em: 14 out 2014.

GADOTTI, M. **Qualidade na educação: uma nova abordagem**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2010. (Instituto Paulo Freire; 5 / Série Cadernos de Formação) Disponível em: http://www.acervo.paulofreire.org:8080/xmlui/bitstream/handle/7891/3086/FPF_PTPF_12_084.pdf Acesso em: 24 out 2014.

GODOY, A. S. **Introdução a pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. Revista Administração de Empresas [online]. 1995b, vol.35, n.2, p.57-63. Disponível em: http://www.producao.ufrgs.br/arquivos/disciplinas/392_pesquisa_qualitativa_godoy.pdf Acesso em: 13 out 2014.

_____. **Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais**. Revista Administração de Empresas [online]. 1995a, vol.35, n.3, p. 20-29. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n3/a04v35n3.pdf>. Acesso em: 13 out 2014.

GORNI, D. A. P. **Ensino fundamental de nove anos: estamos preparados para implantá-lo?** In: Ensaio: Avaliação, Políticas Públicas e Educação, Rio de Janeiro, v. 15, n. 54, p. 67-80, jan/mar. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v15n54/a05v1554.pdf>. Acesso em: 13 out 2014.

KLEIN, R. **O discurso sobre as novas tecnologias e a subjetivação docente: a docência na rede**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2008. Disponível em: http://www.ppge.ufpr.br/teses/D08_klein.pdf Acesso em: 14 nov 2014.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1986.

MACIEL, S. **Novo Ensino Fundamental**. Nova Escola. Rio de Janeiro: Abril, ano XXIV, n. 226, out. 2009. p. 12.

MELLO, G. N. **Escola boa é aquela em que todos aprendem**. NOVA ESCOLA. Rio de Janeiro: Abril, ano XIX, n. 173, jun/jul. 2004. p. 24 – 28.

_____. **Educação escolar brasileira: O que trouxemos do século XX?**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

NOVA ESCOLA. **Ainda não encaixou**. Rio de Janeiro: Abril, ano XXV, n. 230, mar. 2010. p. 76-78.

_____. **Apertar o passo. Já**. Rio de Janeiro: Abril, ano XXVI, n. 239, jan/fev. 2011. p. 112 – 115.

_____. **Boa notícia: nove anos em 100% da rede**. Rio de Janeiro: Abril, ano XXVI, n. 240, mar. 2011. p. 22.

_____. **Nove anos de escolaridade: um avanço para o Brasil**. [encarte] Rio de Janeiro: Abril, ano XIX, n. 176, out. 2004.

_____. **O direito de aprender**. Rio de Janeiro: Abril, ano XXII, n. 208, dez. 2007.

_____. **Prepare-se!:** Um novo aluno está chegando. Rio de Janeiro: Abril, ano XXIV, n. 225, set. 2009. p. 56-62.

_____. **Trabalho de todos e de cada um:** cooperação, diálogo, reflexão e uso racional do tempo são algumas das pistas para organizar uma jornada pedagógica consequente. Rio de Janeiro: Abril, ano XXI, n. 198, dez. 2006. p. 26 – 35.

_____. **Transação delicada**. Rio de Janeiro: Abril, ano XXVII, n. 252, mai. 2012. p. 98 – 100.

SARMENTO, M. **Os pequenos nos dizem muito sobre a sociedade**. NOVA ESCOLA. Rio de Janeiro: Abril, ano XXVIII, n. 265, set. 2013. p. 32-33.

SAVELI, E. L. **Ensino Fundamental de nove anos**: desafios para sua efetiva implantação. AnpedSul, 2008. Disponível em: <http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2008/Curriculo_e_Saberes/Mesa_Tematica/12_04_12_Eixo2_mt_esmeria.pdf>. Acesso em: 13 out 2014.

SAVELI, E.L.; MACHADO, F. B. **Ensino Fundamental de nove anos**: polêmicas de sua implantação. Revista Teoria e Prática da Educação. Maringá: UEM, v. 11, n. 3, p. 291-297, set/dez. 2008. Disponível em: < http://www.dtp.uem.br/rtp/volumes/v11n3/005_esmeriai-291-297.pdf> Acesso em: 14 nov 2014.

SILVA, D. A. B. M. **A mídia a serviço da educação**: a revista Nova Escola. (Dissertação de Mestrado) Marília: UNIMAR, 2009. Disponível em: < <http://www.unimar.com.br/pos/trabalhos/arquivos/06B91DBAB57EB983A36331A142E67B98.pdf>> Acesso em: 14 nov 2014.

ZOTTI, S. A. **Sociedade, Educação e Currículo**: Dos jesuítas aos anos de 1980. Campinas: Autores Associados, 2004.